

RUI NAMORADO

Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Para uma Universidade Nova — Crónica da crise de 1969 em Coimbra

63

A crise universitária de 1969 em Coimbra submeteu a uma luz implacável o rosto da Universidade e do regime salazarista. Surgiu no final de um decénio já hoje legendário. Corroeu as lutas estudantis travadas em Coimbra desde o início dos anos 60, captando toda a combatividade que nelas estava inscrita e superando muitas das suas limitações. Tendo vivido a crise, o autor

evidencia o modo criativo como os estudantes agiram, revelando alguns aspectos dos acontecimentos até hoje pouco divulgados e dando a conhecer alguns documentos inéditos. Hoje, vinte anos passados, quinze dos quais depois da queda do fascismo, quais as críticas que a evolução da universidade fez caducar? Quais as que o decurso do tempo tornou mais certeiras?

A crise de 1969 ocupa um lugar especial no imaginário da Academia de Coimbra. Durante o salazarismo, outros conflitos terão implicado riscos e sacrifícios maiores. Mas ela acabou por ser um verdadeiro laboratório político e cultural.

Submeteu a uma luz implacável muitas das mazelas da Universidade, tornou patente a dificuldade de o regime se democratizar, pôs à prova a ténpera dos estudantes. Foi um tempo de criatividade quotidiana, de imaginação; mas também de uma serenidade táctica que serviu a ousadia estratégica. Está longe de ser um objecto morto que apenas inspire saudade. Se for olhada com atenção, revelar-se-á um alfobre de problemas e um manancial de ideias, que a passagem de vinte anos não tornou caducos. Talvez, por isso, a memória dos que a viveram esteja mais impregnada de regozijo, do que de saudade.

A sua fase aguda foi desencadeada em 17 de Abril pelos incidentes gerados pela inauguração do edifício das Matemáticas. Até ao fim de Julho, foi o período áureo: greve às aulas, com a sua transformação em debates; boicote aos exames. Durante os três meses seguintes foi o refluxo: encerramento da sede da AAC; decisão de não boicotar os exames de

1. Introdução

Outubro. Contudo, pouco se compreenderia desta crise universitária sem uma análise dos seus antecedentes estudantis e sem ter em conta a conjuntura que se vivia.

2. Anos sessenta em Portugal e no mundo

A legenda que envolve os anos sessenta não apaga a imagem do seu dramatismo, não esconde a tensão que os atravessou, tanto em Portugal, como no mundo. O horizonte carregado não impedia a persistência de sonhos e de esperança. Mesmo através da informação vigiada, que então existia entre nós, os ecos do que se ia passando chegavam a Coimbra.

A tensão americano-soviética implantava uma interrogação no centro do futuro. O conflito entre a China e a URSS difundia angústia e perplexidade. A guerra no Vietname gerava, um pouco por toda a parte, um sentimento anti-americano. Che Guevara projectava no imaginário da juventude de esquerda a ideia de que mesmo os grandes impérios podem ser combatidos com meios aparentemente escassos.

Em 1968 eclodiram dois acontecimentos que marcaram significativamente a esquerda estudantil: o Maio francês e o esmagamento da primavera de Praga. Em Maio, os estudantes franceses desencadearam um processo de contestação radical da sociedade, transgredindo os figurinos revolucionários conhecidos e contaminando todo o tecido social da França. Em Agosto, as tropas soviéticas entravam em Praga, pondo fim ao socialismo de rosto humano, que florescia desde o início do ano na Checoslováquia, e dando da URSS uma imagem inesquecivelmente negativa.

Entretanto, a legenda de Fidel ia-se esbatendo, o euro-comunismo parecia despontar como terceira via, que superasse a impotência da II.^a Internacional e o autoritarismo dos modelos estatais e burocráticos da III.^a. O desmoronamento dos impérios coloniais gerara um mapa político mundial novo e variegado. Cada vez menos, era possível olhá-lo como um espaço a preto e branco, com escassas zonas cinzentas, perdidas uma lógica rigidamente bipolar. Analisar esta realidade tão rica de matizes, tão instável, através de esquemas simplificadores, era cada vez menos concebível, cada vez mais notoriamente estéril.

Em Portugal, o salazarismo entrava numa fase de mais acelerada corrosão, de maior instabilidade. As guerras coloniais de Angola, Guiné e Moçambique eram um factor poderoso de isolamento na cena política mundial. A propaganda oficial do regime tinha dificuldades crescentes em contrariar os factores que conduziam à impopularidade da guerra colonial, mais notória entre a juventude universitária. No plano económico, tornavam-se possíveis escolhas que contendiam com o salazarismo tradicional. Alguns interesses capitalistas

começavam a sentir-se mais constrangidos, do que representados pelo poder político. A base social do regime estreitava-se. As diversas correntes da oposição democrática não esmoreciam, lutando em diversas frentes. No seio do próprio regime, criavam-se algumas condições para se poder esboçar uma estratégia liberalizadora.

Em Setembro de 1968, a incapacidade física de Salazar leva Marcelo Caetano à chefia do Governo. Tido como moderado, faz nascer a hipótese de uma hegemonia dos sectores políticos liberalizadores, porventura dispostos a uma evolução democrática dentro do regime. A questão colonial complica os dados do problema. Américo Tomás, presidente da República até então quase decorativo, passa a polarizar a linha dura do regime salazarista.

A primavera marcelista não passaria de um tímido despontar, o que não significa que até ao 25 de Abril não se tivesse travado uma luta surda no seio do regime, entre os que a queriam e os que se lhe opunham. Nos meses que se seguiram a Setembro de 1968 o jogo estava especialmente em aberto, o que aumentava a margem de manobra de quem combatia o fascismo. É que nem os ultras da direita podiam usar à vontade as alavancas de poder de que dispunham, dada a presença de Marcelo Caetano à frente do governo, nem este contava com executores dóceis em muitos lugares importantes do aparelho de Estado.

Nos últimos meses de 1968 a situação internacional sofria, pois, as ondas de choque de acontecimentos dramáticos, enquanto em Portugal o regime conhecia a fragilidade e a incerteza suscitadas pelo fim do seu homem providencial.

Em Setembro de 1968, algo se passou em Coimbra no plano estudantil que viria a ter grande influência no que ocorreu depois. Num dos primeiros dias do mês, teve lugar uma reunião de quadros do movimento estudantil, que decidiu lançar uma nova estratégia estudantil, cujo eixo seria a luta por uma Universidade Nova⁽¹⁾. As decisões tomadas foram importantes. Expressam uma prática e reflexão comuns a muitos quadros. Para serem compreendidas, e poder ser avaliada a sua projecção na crise de 1969, é indispensável uma breve retrospectiva do que ocorrera na Academia de Coimbra nos anos anteriores.

Na crise académica de 1962 o governo de Salazar encerrou a AAC. A sua reabertura, no início do ano lectivo de 1963/64, implicou a imposição governamental de uns estatutos

3. Uma nova estratégia

(1) Esta reunião realizou-se na «República dos Pyn-Guyns», antes do conhecimento público da incapacidade física de Salazar.

novos e a mudança para a sede actual, com perda do Palácio dos Grilos, onde estava instalada a Associação. As eleições para a Direcção da AAC, em 1963/64 e 64/65, foram ganhas por listas apresentadas pelo Conselho das Repúblicas e constituídas por estudantes de esquerda⁽²⁾. A Universidade de Coimbra era dirigida por uma equipa reitoral hegemonizada pela extrema-direita, sendo Reitor Andrade Gouveia.

Esses dois anos lectivos foram perturbados por conflitos frequentes entre a direcção estudantil e as autoridades universitárias. Este clima agudizou-se em 64/65: à obstrução ao funcionamento da AAC, praticada pelas autoridades universitárias, os dirigentes estudantis responderam com um crescendo de intransigência e fundamentalismo processual. No decurso do ano lectivo, alguns dirigentes foram punidos disciplinarmente e o confronto culminaria, pouco antes das férias de Verão, com a destituição dos corpos gerentes da AAC e a nomeação de uma Comissão Administrativa (CA), composta por estudantes afectos ao governo. A resistência estudantil a esta prepotência foi menor do que se poderia esperar, não se tendo traduzido em nenhuma acção colectiva relevante. A CA passou a assegurar um funcionamento de fachada na AAC, sendo certo que, fora das secções desportivas que dispunham de alguma autonomia, a actividade associativa passou a ser quase nula.

A CA tinha frontalmente contra si os estudantes de esquerda e não era bem aceite na Academia, em geral. Pouco a pouco, o movimento estudantil foi-se reanimando, com o incremento da actividade do Conselho das Repúblicas (CR)⁽³⁾, a partir de quase todos os Organismos Autónomos

(2) A proibição de organizações políticas que não fossem apoiantes do governo fazia com que outras instituições acabassem por ter funções políticas informais. Fora já o Conselho das Repúblicas que patrocinara as listas candidatas aos corpos gerentes da AAC, em 1960/61 e 61/62, ambas vencedoras das respectivas eleições. Foi assim interrompido um longo período de vitórias eleitorais da direita académica. Aliás, a vitória da esquerda em 1960 foi um poderoso factor de animação do movimento estudantil português. Passou a ser possível levar a cabo realizações de âmbito nacional, tendo sido em torno de uma delas que deflagrou a partir de Lisboa a crise de 1962. O presidente eleito em 60 foi Carlos Candal, no ano seguinte, Francisco Paiva.

(3) O Conselho das Repúblicas era constituído pelo conjunto das Repúblicas de Coimbra, que tivessem sido reconhecidas como tais pelo próprio Conselho. Reunia-se na República que o convocasse sob a direcção de um representante da entidade convocante. Cada uma das Repúblicas era representada por um dos seus membros, deliberando-se por maioria. Já em plena década de 60 passou a existir um órgão permanente com funções executivas (o Secretariado do CR) constituído por 7 elementos e que viria a ter grande importância na luta contra a CA.

Em 1968/69 existiam em Coimbra 22 Repúblicas: Kágados, Baco, Paxás, Prakystão, Pagode Xinês, Palácio da Loucura, Spreit-ó-Furo, Rás-Teparta, Pyn-Guyns, Point-a-Pau, Ay-ó-Linda, Inkas, Bota-Abaixo. Galifões, Boa-Bay-Ela, Bamus-ó-Bira, Rapó-Taxo, Pimpim nelas, Trunfé-k

(OOAA) (4) e de um desenvolvimento do trabalho pedagógico das comissões de curso. O CR foi-se tornando num pólo activo de resistência à CA e o trabalho dos OOAA, uma fonte de criatividade cultural e um estímulo ao debate de ideias.

Foi assim com naturalidade que o CR, com o apoio de quase todos os OOAA, escolheu uma Comissão, que iniciou o desempenho das suas tarefas em Fevereiro de 1968, destinada a dinamizar a luta contra a CA, por eleições na AAC, pelo que foi denominada Comissão Pró-Eleições (CPE) [Ver Anexo 1].

As autoridades universitárias e a direita estudantil tentaram impedi-la de agir, sugerindo a sua ilegalidade. Mas, nos meses seguintes, a reivindicação de eleições na AAC foi ganhando apoio crescente entre os estudantes. A CPE tornou-se a direcção de facto do movimento estudantil em Coimbra.

Na sua última reunião de Julho, programou para os primeiros dias de Setembro uma discussão, entre todos os seus membros e alguns dos seus colaboradores e apoiantes mais activos e experientes, para reflectir sobre a problemática do movimento estudantil em Coimbra e procurar esboçar perspectivas para a sua dinamização. Estava em causa, mais do que um mero balanço crítico da actividade dos últimos meses, a procura das causas das derrotas sofridas pelo movimento estudantil, com relevo para a de 1965 em Coimbra, e a determinação de procurar evitá-las no futuro (5).

Desde 1962 que se esboçavam no seio da esquerda estudantil clivagens de natureza táctica, entre os que preconizavam uma postura agressiva, processualmente intransigente, e os que apostavam numa maleabilidade maior que evitasse os

Mil-y-Onários, Corsários das Ilhas e Kimbo dos Sobas. Constituída por estudantes monárquicos de direita, o Pagode Xinês deixou de participar no Conselho, quando a luta estudantil se agudizou.

As Repúblicas eram residências estudantis autogeridas, praxisticamente reconhecidas, onde só viviam elementos do sexo masculino. Hoje, estão legalmente reconhecidas como entes colectivos, para certos efeitos, e, em algumas delas, vivem elementos de ambos os sexos.

(4) Os Organismos Autónomos são instituições estudantis, independentes da AAC, embora quase todos estejam instalados no mesmo edifício. Em 1968/69 todos os OOAA existentes eram de carácter cultural: Tuna Académica, Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC), Coral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra (CELUC), Coro Misto e Orfeão Académico. Só o último, estando dominado por estudantes de direita, não participou na luta contra a CA da AAC.

(5) Alguns dos activistas mais envolvidos no processo tinham vivido conflitos anteriores. No grupo convergiam experiências diversificadas. O Jorge Aguiar pertencera à Direcção da AAC em 1960/61; o Jorge Strecht Ribeiro vivera a crise de 62 e o fracasso de 65; o Carlos Baptista, que estava em Coimbra em 62, embora ainda no liceu, também vivera 65; eu fora expulso da Universidade de Coimbra em 1962, tendo passado 2 anos em Lisboa, e estava em Coimbra em 65.

conflitos em circunstâncias desfavoráveis. Para uns era mais fácil sacrificar o funcionamento numa Associação como preço da firmeza anti-governamental, outros estavam mais disponíveis para aceitarem recuos e moderação, se com isso salvassem as Associações. Não se tratava de opções tão cristalizadas que fossem suporte de grupos estáveis e definidos, mas os estudantes ligados ao PCP, ou a organizações por ele influenciadas, tendiam a defender táticas mais agressivas⁽⁶⁾. Pelo contrário, os estudantes de esquerda não submetidos a uma lógica partidária, tendiam a valorizar na luta estudantil a sua lógica específica⁽⁷⁾.

Todo o processo desencadeado em Coimbra em 1968 contribuiu para que as correntes da esquerda estudantil ganhassem maior consistência. Uma apoiou a CPE sem reservas. Tinha especial expressão nas repúblicas, dominando o respectivo Conselho e sendo por isso designada por «CR»⁽⁸⁾. Outra seguia as directrizes do PCP e era dirigida pelas suas estruturas clandestinas, sendo conhecida na gíria coimbrã como os «IBM»⁽⁹⁾. Teve, desde início uma relação tensa com a CPE, com a qual colaborava sem deixar de lhe mover uma guerra surda. Tinha algum peso nas estruturas de Faculdade. Havia um terceiro bloco, nessa altura ainda incipiente, constituído pela expressão estudantil do esquerdismo político e conhecido como o dos «contestas»⁽¹⁰⁾.

A luta por eleições na AAC, liderada pela CPE, contribuiu muito para dar maior consistência à hegemonia do bloco

(6) Talvez, isso fosse corolário de uma certa concepção instrumental do movimento associativo, encarado como um movimento unitário em torno de alguns direitos fundamentais, como um elemento de flagelação do poder político e um alforre de futuros quadros políticos.

(7) Era natural que dessem um maior valor à subsistência do funcionamento normal das Associações. Tratando-se de meras tendências, era frequente haver intransigentes neste sector, tal como se podia encontrar opções flexíveis na área do PCP. A experiência, a inteligência, a cultura política, o temperamento, funcionavam, por vezes como contra-tendências num e noutro sentido.

(8) Entre as 21 repúblicas alinhadas com posições estudantis de esquerda, 19 apoiavam esta corrente. Eram 19 votos num Conselho de 22 membros. Dentro do que podemos encarar como um «espírito coimbrão», uma maneira própria de fazer certas coisas e de as dizer, este bloco de esquerda em vez de tomar um nome formal, adquiriu uma sigla inócu — «CR» —, o mesmo acontecendo com os outros. Haveria nisto também uma subtil forma de protecção perante os riscos de repressão? É possível. Politicamente, o «CR» era heterogéneo. Estava, todavia, impregnado por uma mentalidade anti-estalinista. Integrava muitos socialistas de esquerda de formação marxista, desprovidos de qualquer docilidade em face das directrizes e das pressões ideológicas do PCP, que era a força política anti-fascista mais organizada.

(9) Um dos dirigentes mais notórios deste bloco era, o actual deputado europeu pelo PCP, Barros Moura. Daí o «BM». Quanto ao I, era em si quase uma «piada académica»: podia significar um «inteligente», jocoso (ou não), ou um puro e simples «insuportável». «IBs» — era uma abreviatura de «IBM».

(10) «Contestas» era a tradução em gíria, de contestatários. A sua componente mais visível era a trotskista e tinha alguma influência na

«CR». Foi neste contexto, que a reunião de Setembro teve também como objectivo dotar esta corrente de uma linha estudantil própria, ao nível estratégico, e de um instrumento organizativo capaz de conduzir politicamente a luta estudantil⁽¹¹⁾.

Fora encarregado de preparar a introdução do debate. O quadro geral do que propus foi aceite, pelo que julgo esclarecedor recordar o essencial da intervenção que fiz⁽¹²⁾ [Ver Anexo 2].

Comecei por propor que o eixo do movimento estudantil, o seu objectivo estratégico determinante, fosse a luta por uma Universidade Nova. Luta que devia ser desenvolvida de modo a conexionar-se com os problemas gerais da sociedade. A projecção política da luta estudantil resultaria da capacidade de mostrar a raiz dos problemas e não da natureza política do discurso produzido. As pequenas lutas travar-se-iam a par da globalização dos problemas. Não se tratava dum activismo pedagógico reforçado, mas da mudança do eixo do movimento, da Associação para a Universidade⁽¹³⁾. A Associação podia viver distanciada do núcleo dos interesses estudantis, mas com a Universidade, pela própria natureza das coisas, isso não podia acontecer⁽¹⁴⁾.

Faculdade de Letras. De uma imaginação mais solta do que a dos «IBs», aliavam-se por vezes com eles para contrariar a hegemonia do «CR», mas o peso desta corrente era então muito reduzido.

(11) Os «IBs» tinham uma estratégia, a do PCP, tinham um instrumento organizativo, as estruturas partidárias clandestinas. Se o «CR» não delineasse uma estratégia própria e não se dotasse de um meio organizativo adequado, estaria condenado a uma «navegação à vista» ou a travar escaramuças táticas num quadro estratégico fluido ou alheio.

(12) A exposição para introduzir o debate que me coube fazer foi bem acolhida nas suas linhas gerais, vindo por isso a ser a espinha dorsal de uma nova estratégia estudantil em Coimbra. Nessa intervenção oral segui um guião escrito que resultou de uma reflexão prévia que espelhava uma experiência anterior e múltiplas reflexões colectivas que haviam tido lugar durante os meses anteriores.

Uma cópia desses guião acabou por me vir parar às mãos, após anos de extravio. Vou transcrevê-lo no Anexo 2, por me parecer sugestivo como documento. Exploro as suas linhas gerais, no corpo do texto.

(13) Esta mudança de eixo estratégico tinha, como se viria a confirmar, potencialidades óbvias. Tínhamos assistido em 1962 e 1965 ao encerramento da AAC, continuando a Universidade a funcionar quase sem revelar perturbação. Não queríamos que isso voltasse a acontecer, porque sabíamos que estaríamos mais protegidos se a repressão para ser eficaz tivesse de implicar o encerramento da Universidade, e não apenas o da Associação. Num debate realizado durante as comemorações da Tomada da Bastilha em Novembro de 1968, com a presença de estudantes do Porto e de Lisboa, Jorge Strecht Ribeiro faria uma intervenção memorável na defesa da nova estratégia, onde em determinada altura disse, mais ou menos, o seguinte: Até aqui, ao governo tem bastado fechar a Associação para esmagar o movimento dos estudantes, mas nós queremos que da próxima vez para o conseguir se veja forçado a fechar a Universidade. E concluiu lapidarmente: «Fechar a Associação é trágico para nós, fechar a Universidade é trágico para o Governo».

(14) Na perspectiva associativa clássica, a nossa linha era moderada, porque não se traduzia num discurso político que pusesse, mesmo que

A ideia era a de conceber e defender uma Universidade, onde fossem superados os bloqueios que a estavam a tolher. Uma tal renovação exigia uma sociedade radicalmente mudada. Aos defensores da nova estratégia parecia mais fácil, mais autêntico e de efeitos mais duradouros, implicar na luta os muitos estudantes naturalmente sensíveis à questão universitária, por lhes dizer directamente respeito, confiando na dinâmica das coisas e na consciencialização que projecta, como motores do seu empenhamento posterior na luta por uma sociedade nova. Não apostávamos na pregação radical como método de despertar para o inconformismo. O discurso político genérico talvez satisfizesse os já acordados, mas esbarrava na indiferença da esmagadora maioria dos estudantes comuns.

Critiquei depois o ritualismo associativo que se conformava com a incapacidade em atingir a grande maioria dos estudantes. Sabendo-se que, tal como em todos os movimentos sociais, nunca todos os estudantes seriam tocados, não se queria ficar, todavia, pelo activismo de umas poucas centenas.

Continuei, esboçando um perfil do que pensava dever ser, em termos muito genéricos, a Universidade Nova. Era um incipiente ponto de partida e não um resultado amadurecido. Começava por se dar relevo à necessidade de autonomia universitária, articulando-a com a exigência da democratização do acesso, no quadro de uma reforma democratizadora do ensino. Preconizava depois a presença efectiva dos estudantes

indirectamente, a questão do poder, ou que se referisse expressamente a questões políticas globais relacionadas com os estudantes, como era o caso do desrespeito pelos direitos de associação e reunião. Para o «CR», embora não tivesse importância o rótulo que nos afixassem (e pudesse até favorecê-lo uma conotação com posições não extremistas), as coisas deviam encarar-se doutro modo. Com a luta pela Universidade Nova pretendia-se ir para além dos limites tradicionais da luta democrática.

Num texto redigido por mim, no âmbito da campanha eleitoral da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) de Coimbra em 1969, depois de serem enumeradas as linhas gerais de uma proposta de reforma universitária, pode ler-se a propósito: «É nossa convicção que uma Universidade tão Nova implica estruturas económicas e sociais radicalmente diferentes das actuais, que uma Universidade tão Nova não é compatível com o actual regime, nem com qualquer outro que não implique sistema diferente do capitalismo. Mas se é esta a Universidade necessária, não cabe a quem assim o entender truncá-la para assegurar a sua compatibilidade com o actual regime político (ou com o sistema económico-social vigente). Antes a um regime, que seja incapaz de incorporar em si as soluções de que o País carece cabe extinguir-se, sob pena de se revelar como pura violência anti-popular.» (Namorado, 1972:95).

Em síntese, os principais vectores da ideia de uma Universidade Nova eram: libertação da tutela atroficante do poder político; abertura aos problemas da sociedade; valorização do papel dos estudantes no governo da Universidade; destaque para a função das AAEE; mutação radical nos modos de ensinar e de aprender; importância da cultura como parte integrante da resposta ao desafio universitário.

nos órgãos da Universidade, a liberdade das AAEE e a garantia dos direitos sociais dos estudantes. O ambiente universitário deveria ser imbuído de plena liberdade crítica, para que o conhecimento pudesse ser um movimento geral de apreensão da realidade. E destacava, ainda, a importância da batalha cultural no quadro da luta por uma Universidade Nova.

Por fim, discuti a nova estratégia no quadro da politização do movimento estudantil, à luz dos seus princípios sindicais⁽¹⁵⁾. Dois pontos básicos: não restringir os objectivos da luta aos interesses egoísticos dos estudantes e não apostar na politicidade radicada no discurso. Procurava-se partir do simples para o complexo, num processo de amadurecimento político sedimentado. Na ligação às lutas em curso, mais duas ideias-guia: subordinar a questão processual das formas de luta à questão substancial dos seus objectivos; nunca deixar corromper a estratégia pela tática.

As linhas gerais desta proposta foram aceites. Consenso natural, já que eu procurara responder a bloqueios por todos experimentados, aproveitando ideias partilhadas pelos participantes na reunião e traduzindo em termos concretos um estilo e uma sensibilidade próprios do «CR».

Mas desta reunião não resultou apenas uma nova estratégia estudantil. Decidiu-se constituir uma organização clandestina de quadros estudantis pertencentes à área do «CR», destinada a dar uma maior consistência política a este bloco e a intervir no movimento estudantil como entidade animadora capaz de traçar as grandes linhas de rumo e de pôr em prática a estratégia adoptada.

Esta organização começou com cerca de duas dezenas de membros e chegou à meia centena. Era um colectivo de intervenção política no âmbito do movimento estudantil, mas não se assumia, então, como alternativa global às organizações políticas existentes.

Não obedecia a qualquer centro de decisão exterior. Por questões de segurança, não se dotou de qualquer nome ou sigla, mas entre os seus membros circulava uma espécie de alcunha, tributária de uma saudável ironia acerca de nós próprios: o «Congeminativo», a «Congeminação», ou abreviadamente o «Conge»⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁵⁾ O movimento estudantil assumia-se como movimento sindical, ou seja, uma dinâmica colectiva dos estudantes na defesa dos seus interesses. Superara-se a fase associativa de carácter predominantemente cultural, recreativo e desportivo, mas não estava em causa a criação de um movimento político dirigido a colocar directamente a questão do poder com o sentido de o vir a deter ou partilhar. Porém, a perspectiva sindical hegemónica era aberta à política, na medida em que não menosprezava as repercussões políticas da acção sindical, nem os reflexos nos interesses dos estudantes das acções dos órgãos do poder político.

⁽¹⁶⁾ O «Conge» («Congeminativo» ou «Congeminação») reunia-se quase sempre em plenário em certas Repúblicas, debatendo as questões

O bloco «CR» ficou assim constituído por três níveis que se interpenetravam com flexibilidade: 1) o «Conge» como instância de reflexão e decisão estratégicas; 2) as Repúblicas (ou melhor, 19 das 22 existentes) como pontos de apoio logístico e colectivos de convívio muito solidários, envolvendo cerca de duzentos estudantes; 3) e os estudantes identificados com as linhas de acção preconizadas, dispersos pelos OAAA, pelas comissões de curso, ou sem tarefa associativa específica.

A CPE manteve a sua actividade, no plano legal, tendo sido o Secretariado do CR uma estrutura coadjuvante de grande importância.

Em Outubro de 1968, foi-se tornando claro que o movimento pró-eleições na AAC ganhava força crescente, pelo que se sentia que as eleições académicas não tardariam. Quando isso foi patente, entendeu-se que era acertado (até como meio suplementar de pressão) dar as eleições como facto adquirido

estudantis mais importantes e as linhas de rumo a seguir. Os seus membros, no entanto, não estavam obrigados a qualquer disciplina, já que mesmo depois de maioritariamente adoptada uma posição, cada um podia, em última instância, no seu campo de acção, agir de acordo com o que lhe parecesse mais certo, mesmo que desse modo contrariasse a posição assumida pelo colectivo. Por questões de segurança, havia, no entanto, um dever absoluto de sigilo, que foi suficientemente respeitado para nunca termos sido detectados por qualquer das polícias, nem durante, nem depois da crise. Estas mesmas questões levaram a que, além do que se disse quanto ao nome, não houvesse actas, não se emitissem comunicados, não se produzissem documentos próprios.

Todos os seus membros eram politicamente de esquerda, variando o grau de especificidade das opções. Muitos consideravam-se marxistas, sentindo-se alguns destes mais socialistas do que comunistas, e acontecendo com outros o contrário. Organicamente ligados ao PCP, havia muitíssimo poucos, nenhum dos quais seguindo as directrizes das respectivas estruturas no campo estudantil. Muito maior era o número dos que estavam política e ideologicamente afastados do PCP, considerando a posição deste, quanto à luta estudantil, projecção sectorial das opções globais desse partido.

Isto explica que o «CR» tenha tido representação própria, distinta da do sector estudantil do PCP, na CDE de Coimbra nas eleições de 1969. Pelo «CR» foram indicados o Pio Abreu, o Jorge Strecht Ribeiro e eu próprio; pelo sector estudantil do PCP, Barros Moura, Rogério Leitão e Carlos Baptista. Aliás, este último era também do «Conge», pelo que reuniu fácil consenso como candidato estudantil dentro da lista de candidatos à Assembleia Nacional pela CDE. Questões administrativas frustraram a sua candidatura, tendo sido muito difícil encontrar outro candidato de consenso, o qual viria a ser Mário Araújo Torres, escolhido «in extremis» no termo do prazo. [Ver Anexo 17]

O «Conge» só acabou depois do 25 de Abril, mas a partir de Outubro de 1969 ficou bastante enfraquecido. Pelo facto de vários dos seus membros terem deixado de ser estudantes, foi deixando de ser uma organização para agir no movimento estudantil. Em 1970 (ou 71?), passou a ser incompatível pertencer ao «Conge» e a qualquer partido político. Assim se procurou limitar os danos causados pela adesão ao PCP de alguns dos seus membros, que mesmo no plano estudantil haviam passado a alinhar totalmente com esse partido. Uma parte dos membros do «Conge» lançou em 1970 a editora Centelha, que ainda hoje existe. No 25 de Abril havia um núcleo em Coimbra e outro no Porto, além de elementos dispersos. Esses núcleos alargaram-se logo em Maio e viriam pouco depois, com raras excepções, a aderir ao MES.

e desde logo lançar uma lista candidata à AAC. E optou-se por fazê-la sair das mesmas estruturas que haviam criado a CPE, concebendo o processo do seu lançamento de modo a aproveitar o prestígio desta, sem deixar de tornar evidente a sua novidade (17).

A lista candidata aos corpos gerantes da AAC foi constituída por iniciativa do CR, depois de ter consultado os OOAA (com excepção do Orfeon) e as secções desportivas da AAC. Integravam-na 14 efectivos e 14 substitutos [Ver *Anexo 3*]. Os candidatos à Direcção Efectiva assumiram desde logo a liderança da campanha eleitoral (18).

A clara hegemonia «CR» na lista candidata tornou natural que ela assumisse como núcleo do seu programa a luta por uma Universidade Nova. Dividiu-o em dez cadernos temáticos autónomos, que foram saindo ao longo da campanha. Procurou torná-los motivos de debate e meios de esclarecimento. De facto, os anos de adormecimento da AAC sob a CA, tornavam imperativo um trabalho de consciencialização dos estudantes.

«Para uma Universidade Nova» — foi o título do conjunto dos cadernos. No seu todo, constituem um elemento muito importante para a compreensão dos objectivos pelos quais os estudantes se batiam, com especial relevo para as críticas à Universidade e as propostas para a sua renovação.

O primeiro caderno era uma apresentação global que incluía a lista, a indicação da sua origem, um texto sobre «Universidade e Nação», outro sobre as características da AAEE e um outro sobre as eleições e o sentido da lista. O texto sobre a Universidade tinha três partes: uma sobre as suas funções, outra sobre o seu presente, e outra sobre o que era necessário que fosse.

Começava por se destacar a importância da Universidade no «desenvolvimento cultural de um povo», para o que à função profissionalizante se tinha de juntar uma vertente humanista, o que implicava «apetrechamento técnico-profissional», «formação cultural», «investigação científica» (19).

(17) Em 25/11/68, dia da Tomada da Bastilha, a CPE anunciou que o Reitor da Universidade lhe havia comunicado a próxima realização de eleições, embora em termos não coincidentes com os reivindicados por ela. Em 27/11/68 a CA anunciou que as eleições se realizariam em princípios de Fevereiro. A lista do CR fora publicamente divulgada em 23/11/68.

(18) Em termos genéricos pode dizer-se que, dos 28 elementos da lista, só dois, entre os substitutos, notoriamente não se identificavam com a linha «CR»; um pertencia aos IBs, outro aos «contestários». Pertenciam ao «Conge» 14 membros do conjunto da lista, nomeadamente, 6 dos 7 candidatos à Direcção Efectiva.

(19) Todos os textos, ou simples frases e expressões, colocados entre aspas a que não se siga qualquer indicação bibliográfica são extraídos de comunicados ou de outros documentos estudantis avulsos.

4. O programa da lista do CR

Contra o «enciclopedismo falsamente globalizante», defende-se uma «atitude de contemporaneidade», sustentada pelo incremento da investigação científica. Em oposição a qualquer tecnocratização da Universidade, ela é encarada como devendo ser um foco dinâmico de inovação. A autonomia é, assim, essencial como meio para garantir a «livre iniciativa sobre o conteúdo do ensino e a sua adequada formulação». Defendendo a democratização do acesso à Universidade, o texto concluía: «Ressalta, pois, numa síntese final, que constitui atribuição prioritária da Escola suscitar uma interpretação exacta de toda a realidade, de acordo com as leis gerais que regem a evolução da Natureza e o desenvolvimento da Sociedade». [Ver Anexo 4]

Seria muito superficial ver nas ideias deste texto uma crença ingénua na possibilidade da Universidade ser um centro decisivo de transformação social. A meu ver, o seu fio condutor era o de veicular a intervenção estudantil, através da problemática universitária. Essa intervenção podia ser mais fecunda e envolver mais estudantes, processando-se através da instância mediadora em que a Universidade se convertia, do que se incidisse directamente na contestação expressa, directa e global da ordem político-social vigente.

É claro que assim se valorizava também a ideia de que um reformismo dinâmico, mesmo sectorial, desde que visando áreas estratégicas da sociedade, podia ser mais eficaz do que o fundamentalismo globalizante que secundarizava todos os combates sectoriais, subordinando-os sempre a uma mera lógica de tomada do poder de Estado, que tudo resolveria e fora de cujo império nada era relevante.

O segundo caderno do programa, «Para uma verdadeira cultura», estava dividido em três partes: «O que é a cultura?»; «Universidade e Cultura»; «Trabalho Cultural na AAC». A 1.ª parte expunha uma concepção de cultura com forte tonalidade humanista: «A cultura deverá existir sempre para o homem e pelo homem — e aqui alcançamos a sua essência humanista». E concluía: «A caminho da sua formação integral, por enriquecimento constante da qualidade de sujeito e um abandono progressivo da qualidade de objecto, o homem correrá a passos largos para a sua própria humanização. O que é a Cultura então? A Cultura é, fundamentalmente, a conquista da liberdade humana».

Na 2.ª parte — «Universidade e Cultura» — [Ver Anexo 5], foca-se o papel que àquela deveria caber no campo da «dinamização cultural», pela «actualização permanente do ensino e da investigação», o que «importa o aproveitamento produtivo das capacidades nacionais». No entanto, — diz-se — não é isso que acontece com a «catastrófica Universidade

Portuguesa». Realmente, ela «liquida a liberdade crítica» e «empenha(-se) em obstruir qualquer solução de conexão prática com a realidade».

Para lutar contra essa atmosfera universitária asfixiante, confiava-se na cultura. Apostava-se na reanimação do trabalho cultural da AAC, programando-se a reactivação de todas as secções culturais e a abertura de outras novas. Projectava-se um novo estilo de trabalho cultural capaz de criar um tecido vivo de criatividade, no qual se incorporassem as manifestações culturais comuns.

O caderno n.º 3 ocupou-se do «Convívio e Intercâmbio». Indo mais longe do que as formas e realizações comuns de convívio, encara-o como arejamento do estudante como indivíduo e da Universidade como instituição. [Ver Anexo 6].

Criticando um mundo que suscita o isolamento dos homens, valoriza todas as formas de cooperação e intercâmbio entre os estudantes. E termina sublinhando que o universitário português deve utilizar «a cultura que recebe», «em benefício da comunidade que lha proporciona».

O caderno n.º 4 era uma crítica detalhada de toda a legislação circum-escolar, que há anos o governo usava como colete de forças para atrofiar as AAEE e como arma para as combater⁽²⁰⁾.

O caderno n.º 5, dedicado ao Desporto, considera-o «uma força social e, mais que isso, uma força educativa e estruturadora da evolução e capacidade de um povo»⁽²¹⁾.

O caderno n.º 6 tratava das «Instalações Académicas», tema de grande importância prática, por estarmos perante um instrumento decisivo para a viabilidade de muitos dos projectos arquitectados.

O n.º 7 ocupou-se das «Actividades Sociais», abordando temas como: saúde, alimentação, habitação, transportes, bolsas. Antes, tece algumas considerações introdutórias. Demarca-se da ideia de que o estudante é um elemento marginal, parasitário, no seio da nação. Pelo contrário, o estudante representa um investimento da sociedade, pelo que deve ser protegido para se favorecer a sua rentabilidade futura. Protegido, a dois níveis: «estabelecimento de um pré-salário que será a remuneração do trabalho do estudante enquanto tal,

(20) O sentido deste caderno ressalta com nitidez do seu último parágrafo: «No País onde há uma Universidade e numa Universidade onde há uma Faculdade de Direito, a existência de leis que violam a própria Declaração dos Direitos do Homem — direito à educação (art. 26.º — n.º 1), direito de reunião e associação (art. 20.º — n.º 1) — constitui afrontosa vergonha».

(21) Este caderno analisa criticamente o desporto português no seu todo, com especial incidência no desporto universitário. Trata a questão do profissionalismo, do amadorismo, debruçando-se especificamente sobre o desporto na AAC. Sem entrar em pormenores, propõe uma visão global do fenómeno desportivo.

com vista à sua qualificação futura; prestação de serviços sociais a que tem direito, para que a sua utilização escolar e social seja plenamente conseguida». Ponto central das posições deste caderno era o direito à segurança social dos estudantes em face do Estado. As secções da AAC, destinadas a enfrentar problemas sociais, teriam funções supletivas. A exigência de um pré-salário era a recusa do assistencialismo e um dos corolários da concepção que via no estudante um «jovem trabalhador intelectual»⁽²²⁾. Não era uma reivindicação imediata. Procurava, talvez, contribuir para que o estudante fosse encarado pela sociedade de uma maneira nova que se adequasse à ideia da Universidade como local de trabalho e não de privilégio.

O caderno n.º 8 tinha como objecto as «Actividades Pedagógicas». Retomando o conteúdo essencial do 1.º caderno, continha as reivindicações das várias faculdades no campo pedagógico⁽²³⁾. Elas convergiam quanto às más instalações, à necessidade de uma reforma do ensino superior, à participação dos estudantes no governo da Universidade, à exigência de um processo limpo no recrutamento de Professores. Destacava a indispensabilidade de uma futura reforma da educação, a urgência dos investimento que a viabilizassem e a necessidade de autonomia da Universidade. E sublinhava: «Depreende-se da série de reivindicações pedagógicas apresentadas que urge modificar tanto os métodos como o conteúdo do ensino — diminuir as matérias em extensão, para aprofundá-las e actualizá-las.

Uns e outros estão intimamente ligados, e a renovação dos primeiros exige a equivalente modificação do segundo. Daqui resultará a substituição dos exames por outro processo mais correcto de controle de conhecimentos. Reduzir o número de alunos por turma, recrutar os professores indispensáveis (...) são também duas medidas inadiáveis capazes de nos conduzirem à reforma que se reclama».

Retenha-se desde já a ideia, muito glosada meses mais tarde, da inadequação dos exames como método de avaliação.

O caderno n.º 9 merece especial atenção em virtude da parte que dedica à reforma do ensino [Ver Anexo 7].

(22) Há uma data que simboliza o lançamento do sindicalismo estudantil: 24 de Abril de 1946. Nesse dia, na cidade francesa de Grenoble, o congresso da União Nacional de Estudantes Franceses (UNEF) aprovou um conjunto de princípios destinados a balizar a sua acção. Ficariam conhecidos como «Carta de Grenoble». O primeiro deles dizia: «O estudante é um jovem trabalhador intelectual».

(23) Para a elaboração deste caderno recorreu-se naturalmente às comissões de curso existentes, pelo que na prática a lista assumiu, inserindo-as no seu programa, as reivindicações das estruturas existentes nas faculdades.

Começa por considerar imperativa a democratização do ensino, bem como preencher as condições mínimas da sua autenticidade. Concebendo a reforma como global, dá relevo ao ensino infantil. Foca alguns pontos específicos da questão universitária, embora ela no seu todo seja o objecto do conjunto do programa. É assim que insiste no pré-salário para os estudantes, recorda o 1.º caderno quanto ao conteúdo do ensino, enuncia um leque de questões pedagógicas instrumentais e sublinha a necessidade da autonomia universitária.

Estas «Notas sobre a Reforma do Ensino» eram apenas um primeiro esboço de uma tarefa que se esperava vir a aprofundar, mas traduzem já a nova estratégia estudantil e o modo como ela se afirmara a partir da parte para o todo, da Universidade para a sociedade.

A 2.ª parte do caderno n.º 9 é uma glosa dos 9 pontos reivindicativos do movimento estudantil português apresentados em Coimbra durante a «Tomada da Bastilha» em 25/11/68 e aprovados pouco depois pelas Academias de Coimbra, Lisboa e Porto [Ver *Anexo 8*]. A sua inclusão no programa tem um sentido simbólico de ligação aos estudantes das outras Academias, exprimindo, é claro, concordância com o seu conteúdo. Não reflecte qualquer intenção de os colocar no centro dos objectivos da luta estudantil em Coimbra⁽²⁴⁾.

A estrutura interna da AAC é o tema do último caderno. A inadequação dos estatutos impostos depois da crise de 1962 e a modorra dos anos de CA, tornavam importante repensar esta questão.

O programa analisado esteve longe de ser o clássico catálogo de promessas eleitorais. Foi, sim, um programa de luta do movimento estudantil, onde a AAC era uma alavanca decisiva, mas não o objectivo e o lugar central do combate.

(24) Como estrutura encarregada de globalizar a luta em torno dos 9 pontos e de os apresentar ao poder político foi escolhida uma Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses, constituída por 3 elementos de cada Academia. Os 3 representantes de Coimbra, eleitos em Assembleia Magna, foram: Jorge Strecht Ribeiro, José Barros Moura e Manuel Carvalho Santos («dux veteranorum»). Esta lista resultou de um acordo entre o «CR» e os «IBs», os quais indicaram o Barros Moura, sendo os outros dois elementos indicados pelo «CR».

Em torno do 9 pontos (que eram 8 na proposta inicial) houve significativa controvérsia entre dirigentes estudantis de Lisboa e Coimbra, que culminou numa agitada reunião entre elementos das 3 Academias realizada na República do Palácio da Loucura, na manhã dia 25/11/68. Nesta reunião, entre outros, recordo-me de que da delegação de Coimbra faziam parte o Alberto Martins (Lista Candidata à AAC), o Carlos Santarém (Secretariado do CR) e o Pio Abreu, o Strecht e eu próprio (CPE); e da de Lisboa, Alberto Costa e Jaime Gama.

Em Lisboa, as principais facções da esquerda estudantil tinham chegado a um acordo em torno dos 8 pontos (a que depois Coimbra acrescentou um) e de uma estratégia a partir deles, que envolvia a ideia de instrumentalizar o movimento estudantil para pôr de imediato à prova o novo governo de Marcelo Caetano, mostrando desde logo que ele era igual aos

Foi um diagnóstico da situação universitária, com incidência na sua articulação com os processos sociais e políticos. Foi também um dinamizador do debate de ideias, um estímulo à reflexão dos estudantes sobre as causas e as implicações de muitos problemas que lhes diziam respeito.

Apesar de se viver em plena ditadura salazarista, os textos que o integraram não fugiram aos problemas, nem evitaram a radicalidade das propostas. A sua linguagem, no entanto, estava longe do discurso associativo-estudantil clássico, muitas vezes violento na forma e no tom, mas de conteúdo quase banal ou inofensivo. Privilegiou-se a ousadia das propostas, com prejuízo duma violência verbal, quase sempre feita de lugares-comuns.

5. Do 17 de Abril à Assembleia Magna de 28 de Maio

As eleições da AAC, em 12 de Fevereiro de 1969, concorreram duas listas: uma de esquerda apoiada pelo CR, outra de direita, o MRR (Movimento de Renovação e Reforma) ⁽²⁵⁾.

anteriores, seguindo os esquemas associativos clássicos. Por certo, ter-se-iam convencido que em Coimbra não haveria nada que fosse além dos braços regionais das mesmas forças políticas que em Lisboa tinham chegado a acordo. Com a desenvoltura imprudente com que a macrocefalia lisboeta leva por vezes a encarar o resto do país, terão pensado em Coimbra como um mero cenário, valorizado por se estar a comemorar a «Tomada da Bastilha», e nos estudantes de Coimbra como figurantes da peça combinada em Lisboa. Ora em Coimbra na esquerda estudantil e na Academia o sector hegemónico era o «CR», que não obedecia a quaisquer centros de decisão exteriores e tinha as suas próprias ideias quanto à estratégia a seguir.

Realmente, os 8 pontos e a estratégia anexa eram um novo exemplo do tradicionalismo associativo, tributários de uma lógica diferente da que animava a nossa perspectiva de luta por uma Universidade Nova. Por outro lado, não nos interessava precipitar qualquer prova de força prematura. Sentíamos a nossa força a crescer, mas sabíamos que esse processo estava apenas no princípio. De imediato, o objectivo tático irrenunciável era conseguir reconquistar a AAC. A última coisa a que estávamos dispostos era a ser jogados no confuso xadrez das lutas e compromissos da realidade estudantil de Lisboa. Não queríamos fazer força em pontos concretos da reivindicação que não fôssemos capazes de sustentar praticamente com um mínimo de possibilidades de êxito, que não se revelassem capazes de suscitar o apoio real das massas estudantis, uma vez que queríamos criar condições para lutar eficazmente por aquilo que reivindicássemos. Não aceitávamos reduzir as reivindicações a meras frases sem eco entre a grande maioria dos estudantes. Não era em si o conteúdo dos 8 pontos que estava em causa, mas o acerto em colocá-los no eixo da nossa luta.

O cortejo tradicional da Tomada da Bastilha foi uma impressionante marcha de protesto contra a CA na AAC, tal como nós tínhamos programado, e não a manifestação política que os dirigentes de Lisboa tinham sonhado vir fazer a Coimbra. Isso mesmo foi assegurado pelo CR que organizou o desfile. Quanto aos 9 pontos, após alguns episódios, alcançou-se um compromisso, vindo a ser aprovados separadamente pelas 3 Academias (e não durante a Tomada da Bastilha como pretendiam os dirigentes estudantis de Lisboa), perdendo qualquer centralidade nos objectivos da luta estudantil e sendo a Comissão Nacional uma estrutura sem quaisquer funções de direcção. Por tudo isto, os 9 pontos nada significaram de relevante, quer no processo de gestação da crise de 1969 em Coimbra, quer durante a sua fase aguda.

⁽²⁵⁾ O CR marcou o ritmo da campanha eleitoral, e num debate público na presença de muitas centenas de estudantes, poucos dias antes

Votaram 2 122 dos 2 390 sócios inscritos na AAC⁽²⁶⁾. O CR teve 1 570 votos (74,1%) e o MRR, 488 (21,1%). Na Direcção-Geral o CR obteve 6 mandatos e o MRR 1⁽²⁷⁾.

As autoridades universitárias retardaram, quanto lhes foi possível, a tomada de posse dos corpos gerentes eleitos, que ocorreria só em 7 de Março. Na AAC começava um trabalho entusiástico, reactivavam-se secções, preparavam-se iniciativas.

Para 17 de Abril faltava pouco mais de um mês, e as férias da Páscoa estavam de permeio. Quando eclodiu a fase aguda da crise, organizativamente, na AAC tudo estava no começo. Em contrapartida, os ecos da luta vitoriosa por eleições na AAC e da esmagadora vitória da esquerda estudantil, não se tinham ainda esbatido.

5.1. Em 17 de Abril, foi inaugurado o edifício das Matemáticas, com a presença do Presidente da República e de membros do Governo, das autoridades universitárias, de representantes dos organismos estudantis e de outros convidados.

Depois de alguma hesitação, não fora dada a representantes de estudantes oportunidade de usar da palavra na cerimónia [Ver *Anexo 9*].

As autoridades universitárias estavam já receosas, em face da pujança do movimento estudantil, e talvez ansiassem por um pretexto para poderem quebrar de novo a normalidade da vida académica.

Para os estudantes, usar da palavra durante a inauguração era simbolicamente importante, como sinal do seu direito de intervir na vida universitária e como projecção natural da luta por uma Universidade Nova. Assim, apesar de isso não estar previsto no programa oficial, Alberto Martins, presidente da AAC, pediu a palavra durante a própria cerimónia. A recusa

das eleições, cilindrou o MRR, tornando óbvia a sua mediocridade. Já então a capacidade oratória de alguns dos membros da lista acentuou o desequilíbrio. Durante a crise, ela desabrocharia em pleno, tendo sido Alberto Martins e Celso Cruzeiro, os dois dirigentes com maior fulgor comunicativo, com maior capacidade para empolgar as grandes assembleias.

(26) Os estatutos que o governo impusera à Academia obrigavam a que se estivesse inscrito como sócio da AAC para se poder votar. Assim se pretendia diminuir a representatividade da AAC, confinando-a ao papel de mera representante dos seus sócios e não de toda a Academia, como antes. Esse dique artificial, para conter a força da AAC, foi destruído com a abertura da crise.

Os estatutos consagravam também a representação proporcional nos corpos gerentes: cada lista tinha um número de mandatos correspondente ao número de votos obtidos. A direcção da lista mais votada não era, portanto, eleita em bloco. Tinha apenas um maior número de lugares.

(27) Nas eleições anteriores, realizadas sob os estatutos impostos, em 63/64 e 64/65, a esquerda estudantil obtivera 4 mandatos e a direita 3. Em 1963, o presidente da DG foi Romero Magalhães (dada a não homologação de António Correia de Campos) e em 64, Octávio Cunha.

e o modo ambíguo como foi formulada, incendiaram os ânimos das centenas de estudantes presentes na sala e apinhados nos corredores anexos. A inauguração teve um fim tumultuoso [Ver Anexo 10].

Julgou-se que tudo ficasse por aí. Puro engano. Nessa noite, à saída da AAC, a PIDE prendeu o Alberto Martins. Pouco depois, junto ao local para onde levaram o presidente da AAC, a policia carregou violentamente sobre os estudantes que ali se tinham aglomerado. Libertaram-no às 11 horas da manhã. Estava já convocada para o Pátio da Universidade, uma Reunião Geral de estudantes que decorreu a partir do meio-dia com grande número de presenças.

E nesse próprio dia, 2000 estudantes em Assembleia decidem exigir de imediato: «A participação no Senado Universitário por intermédio da Direcção-Geral da AAC; o reconhecimento das juntas de Delegados como estruturas representativas dos estudantes, porque democraticamente eleitos».

Em comunicado da Direcção-Geral da AAC de 21 de Abril esta linha de contra-ataque é explorada: critica-se o episódio de 17 de Abril, procura-se acentuar a contradição entre a prática das autoridades universitárias e as posições de Marcelo Caetano enquanto fora reitor da Universidade de Lisboa, reivindicando-se a participação dos estudantes no governo da Universidade (28).

O clima era tenso. Sabia-se do risco da superveniência de medidas repressivas, por causa do 17 de Abril. Até onde iria o Governo? Autoridades universitárias, Presidente da República, Governo, constituíam um sistema de forças complexo. Era difícil prever a resultante. Tanto mais que se ignorava a medida em que podia ser dissuasora a amplitude da concentração estudantil do dia 18.

5.2 A tempestade solfou-se no dia 22. Um ofício da Reitoria anunciava a suspensão preventiva da frequência às aulas de 8 estudantes (29). Logo na tarde desse dia, a Assembleia

(28) A tática de concentrar os ataques nas autoridades universitárias, procurando explorar e agravar possíveis clivagens internas do regime, está bem expressa num Comunicado do Conselho das Repúblicas (de 20 ou 21 de Abril) em que se exige a demissão do Reitor. Foi o CR quem avançou nesse campo pelo facto de, sendo uma estrutura informal e praxística, estar mais protegida de qualquer resposta repressiva. De facto em 1962, haviam sido expulsos alguns estudantes de Coimbra, entre outras razões, por terem subscrito uma proposta a pedir a demissão do Reitor. Fui um deles.

(29) Recorde-se que em 1969 havia um limite máximo de faltas às aulas que se podiam dar durante o ano, ultrapassado o qual se perdia o ano nas cadeiras em que isso acontecesse.

Dos estudantes suspensos, 6 eram os membros da Direcção-Geral da AAC que haviam integrado a lista do CR (Alberto Martins, Osvaldo Castro, Celso Cruzeiro, Fernanda da Bernarda, Matos Pereira e José Gil), 1 era o membro da CNEP que usara da palavra em 17 de Abril após o fim da cerimónia (José Barros Moura) e o outro (Carlos Baptista) era o representante

Magna aprovou a seguinte proposta: «Que seja decretado luto académico⁽³⁰⁾ sob várias formas: 1) Que amanhã, dia 23, os estudantes: a) evitem sob todas as formas que as aulas se realizem; b) transformem essas aulas, sempre que possível, em debates, onde sejam discutidos os últimos acontecimentos, bem como os problemas próprios da Faculdade (que essa discussão seja feita com base nos comunicados saídos); 2) Que se realize, às 12 horas, amanhã dia 23, uma Assembleia Magna nos Gerais, onde sejam decididas as formas posteriores de luto académico, convidando os professores a tomar parte na mesma⁽³¹⁾; 3) Que o luto sirva para reivindicar os seguintes pontos: a) levantamento imediato das suspensões e que não sejam instaurados processos disciplinares; b) não marcação de faltas aos estudantes suspensos; c) que, se eventualmente as suspensões se mantiverem, as faltas dadas pelos estudantes suspensos não sejam contadas».

81

A solidariedade para com os estudantes suspensos era impregnada por uma forte componente ética que dava maior consistência ao movimento de protesto. Não se optou pelo tipo de greve mais comum. A greve decretada não foi mera ausência das aulas, em que só os eventuais piquetes teriam uma função activa. Foi, sim, um estar nas aulas em termos diferentes, forçando o debate de problemas e ideias, implicando o conjunto dos estudantes. O protesto não pretendia esvaziar a Universidade, mas mostrar, mesmo que apenas em esboço, como ela podia ser diferente. O próprio local onde as

da Junta de Delegados da Faculdade de Ciências que havia lido na mesma altura «Carta Aberta da Junta de Delegados de Ciências».

⁽³⁰⁾ Para contornar, ainda que só formalmente, a proibição de greves, decretada em geral pelo regime fascista, nesta como noutras lutas, as assembleias estudantis não deliberavam expressamente fazer greve às aulas. Decretavam, sim, luto académico com ausência às aulas, ou sob outras formas. Aliás, o luto académico em Coimbra, tinha uma componente praxística, podendo assumir formas variadas. Por isso, para produzir plenos efeitos praxísticos era também decretado pelo Conselho de Veteranos, implicando desde logo, pelo menos, o não uso de insígnias (grelo e fitas) e o fecho da batina, quando se usasse capa e batina. Reconhecendo tacitamente a Assembleia Magna da Academia como instância suprema, o Conselho de Veteranos tomava sempre a mesma decisão que ela, no que dizia respeito ao luto académico.

⁽³¹⁾ A importância do apoio dos professores e assistentes da Universidade, que durante a crise se puseram ao lado dos estudantes, foi muito grande. Não foram todos, mas foram muitos. Alguns expuseram-se totalmente, como aliás se expunham na luta política contra o regime. Entre estes, o destaque vai para Orlando de Carvalho e Paulo Quintela, sendo o primeiro talvez o único em quem a maioria dos dirigentes estudantis tinha plena confiança política. Tinha nomeadamente uma relação fácil e amistosa com o «CR», sendo repúblico honorário de várias casas. Entre os assistentes, muitos foram também os que correram o risco de apoiar, frontalmente, os estudantes, acontecendo até que dois deles (Vital Moreira e José Manuel Correia Pinto) foram excluídos da Faculdade de Direito, por ordem directa do Ministro Hermano Saraiva, tendo o primeiro sido readmitido 6 meses depois, já com outro Ministro no Governo.

Assembleias Magnas se realizavam — o pátio da Universidade e não a Associação — materializava simbolicamente a mudança do eixo do movimento estudantil. Não estava em causa apenas o problema dos estudantes suspensos. Procurou-se enriquecer o conteúdo da luta, virando-a também para a renovação da Universidade, de modo a colocar, perante os estudantes, objectivos de luta que envolvessem os seus interesses e evitando que esses objectivos fossem puramente defensivos. Não se deixava ao poder político o monopólio da delimitação do campo de combate.⁽³²⁾ [Ver Anexo 11]

Em 29 de Abril, a DG da AAC sublinha que «o incidental, na sua apoteose, vem agudizar uma situação e permitir pôr em causa toda uma estrutura universitária».

No dia 30 de Abril, em declaração formal televisada, o Ministro da Educação, José Hermano Saraiva, formulou um violento libelo acusatório contra os estudantes de Coimbra. Seria uma tentativa para os amedrontar, para os desmobilizar, para alarmar as famílias? O resultado foi, no dia seguinte, a continuação da luta, decidida numa Assembleia Magna amplamente participada.

Em comunicado de 5 de Maio, a DG criticava a nota do MEN, considerando-a deturpadora e autoritária. No entanto, os estudantes «ante a ostensiva declaração de guerra, não ergueram bandeira branca nem perderam serenidade». «Consciente e estruturado, dinamizado na consecução de objectivos compreendidos na sua justiça, o Movimento Estudantil respondeu com a sua unidade numa Assembleia Magna em que cerca de 4000 estudantes repudiaram em bloco as afirmações do MEN. E com eles o corpo docente, o qual mais do que nunca sente que chegou a altura de construir uma Universidade Nova»⁽³³⁾.

Na tarde desse dia, toma-se conhecimento da decisão governamental de encerrar a Universidade de Coimbra, sendo expressamente anunciado que não haveria «qualquer actividade escolar até ao início dos exames». Incapaz de enfraquecer a greve às aulas, mas decidido a não corrigir a sua postura repressiva, o governo não viu outra saída, senão a de

⁽³²⁾ A revista Estudos, órgão do CADC (Centro Académico de Democracia Cristã), publicou ainda em 1969 um número especial sobre a crise. O seu estatuto religioso permitia-lhe sair sem passar pelo crivo da Censura. Houve assim, pelo menos, um testemunho distinto das versões oficiais com que o poder político procurava confundir a opinião pública. Destaque especial merecem os textos assinados por «Estudos», que foram da responsabilidade de um colectivo constituído por: Agostinho Azevedo, António Ramos, Augusto Roseira, Carlos Paiva, Deolinda Guedes, Graciano Venâncio, João Moura, Jorge Abreu, José Dias, Maria do Rosário Pericão, Pedro Topa, Rui Faria, Rui Madeira.

⁽³³⁾ Ver nota 31.

fechar a Universidade. Esperaria assim quebrar a dinâmica de luta, calculando que a proximidade dos exames iria manter ocupado um número crescente de estudantes.

De qualquer modo, estava demonstrado que realmente contra um movimento estudantil forte e radicado na vida universitária, o governo, quando quisesse responder com as tradicionais medidas de encerramento, não podia deixar de fechar a Universidade. Era uma operação politicamente mais onerosa para o poder, do que os habituais encerramentos das AAEE⁽³⁴⁾. Esses dias são cruciais no desenvolvimento da crise, o combate entre o governo e os estudantes agudiza-se⁽³⁵⁾.

As questões práticas entrelaçam-se com a reflexão sobre o papel dos estudantes na sociedade, sobre a finalidade da Escola. [Ver Anexo 12]

Os estudantes dialogam com o poder, esgrimem argumentos, inserem-nos nas suas propostas gerais, mas tentam evitar que a sua luta apareça como um combate singular entre eles e o poder político, colocando a Nação ou o Povo Português como últimos juizes, com a particularidade de serem juizes implicados, interessados. Esta linha de abertura à Nação era, aliás, não só uma batalha pelo esclarecimento da opinião pública, ao arrepio do monopólio informativo do Estado, mas também um corolário do tipo de Universidade inscrito na estratégia do movimento.

Publicada em 7 de Maio, a «Carta à Nação» inseria-se nessa mesma ideia de abertura ao país; e foi um dos mais importantes documentos publicados pela DG com esse objectivo. Após um panorama do que se passara em Coimbra, focava os mais relevantes pontos programáticos do movimento e concluía: «A nossa luta só poderá, pois, fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade Nova num Portugal novo» [Ver Anexo 13].

Este vector de radicalização política foi cuidadosamente calibrado, de modo a não se exceder um grau naturalmente aceite pelo conjunto do movimento, nem se ficar aquém do tom adequado na resposta ao Governo. Paralelamente, procuravam-se caminhos para o desenvolvimento do processo de luta, buscando o essencial da sua lógica. A hipótese da greve a exames começava a ser aventada.

O «Conge»⁽³⁶⁾ voltou aqui a ter um papel determinante na escolha do rumo a seguir. Em reunião realizada nas Instalações Académicas, foi debatida a questão da greve a exames.

⁽³⁴⁾ Ver nota 13.

⁽³⁵⁾ O país vai obtendo conhecimento do que se passa em Coimbra, apesar do bloqueio informativo imposto pela censura. Um movimento de solidariedade, para com os estudantes em luta, ganha força crescente, com relevo para os vários sectores da oposição democrática.

⁽³⁶⁾ Ver nota 16.

Ganhou apoio consensual a ideia de que o desenvolvimento lógico (fisiológico) do processo de luta conduzia à greve a exames. Entendeu-se que a força do movimento estava na sua ousadia estratégica, na sua inteligência táctica, na sua criatividade operacional, articuladas por uma lógica própria que, se fosse iludida, podia conduzir a um rápido impasse ou a um desmoronamento. Havia pois que ter a coragem de seguir a dinâmica do processo, sem descurar, é certo, um esforço de leitura da realidade que tornasse menos provável um erro de avaliação.

Um outro caminho, que concitava alguns apoios fora do «CR», era o de precipitar um confronto de rua que desempenhasse o papel de coroamento das acções anteriores e fosse, pelo seu dramatismo, uma prova inequívoca da natureza totalitária do Governo. Seria como que uma demonstração final da perversidade intrínseca do poder e um possível alfofre de futuras revoltas, pela raiva surda que deixaria dentro das vítimas da violência esperada. Os quadros «IB» inclinavam-se mais para qualquer coisa deste tipo, sugerindo que a greve a exames podia descambar em aventureirismo.

A posição do «Conge» foi adoptada provisoriamente até que a receptividade entre os estudantes a tornasse definitiva. Foi objecto de uma cuidadosa campanha, que era também auscultação permanente. Não se ignorava que a greve a exames era uma forma de luta extrema, muito pouco experimentada e que implicava para cada estudante um risco pessoal efectivo e, em certos casos, um elevadíssimo custo. O apoio a este tipo de greve tinha de resultar de uma opção amadurecida, nunca de um exacerbamento emocional passageiro.

Delineou-se um programa de preparação da Assembleia Magna que viria a ter lugar em 28 de Maio, e que passou por outras Assembleias, por reuniões das Faculdades e de muitos dos respectivos cursos, por múltiplos comunicados de diversas estruturas. Um dos primeiros passos foi dado pela DG, em comunicado de 6 de Maio.

Depois de destacar a importância da luta travada e de a apreciar globalmente, adiantava em termos cautelosos a hipótese da greve a exames. Admitia que ela pudesse ser encarada como «impulso ético extremo de uma coerência que se quer solidária», sublinhando: «não esqueçamos também serem as medidas de luta relacionadas com exames, cuja forma e natureza está ainda por definir, a sequência lógica do Luto Académico, naturalmente suscitadas pela nova situação criada pelo encerramento da Universidade».

A preparação do boicote aos exames intensifica-se, implicando um trabalho de crítica aos exames como método

de avaliação, de modo a que a luta não se travasse apenas em torno de objectivos imediatos. (37)

As autoridades universitárias e governamentais procuraram obstruir por todos os meios o caminho seguido. Em 26 de Maio a DG escreve num comunicado: «... os estudantes, não obstante repudiarem este sistema arcaico e anti-científico de selecção e avaliação dos conhecimentos, não ignoram que, neste momento, só sujeitando-se a ele poderão evitar prejuízos a quem quer que seja, e principalmente à Nação. Simplesmente, a nossa dignidade obriga-nos a proclamar uma alternativa de solidariedade: ou há exames para todos ou não há para ninguém».

Assim se delimitavam as condições mínimas exigidas para a renúncia ao boicote, que eram afinal o cancelamento das medidas repressivas adoptadas contra os estudantes. A longo prazo, os exames eram algo a extinguir; no imediato, far-se-iam, se o poder recuasse.

Cinco mil, dos oito mil e setecentos estudantes que frequentavam em 1969 a Universidade de Coimbra, participaram em 28 de Maio, nos Jardins da AAC, na maior Assembleia Magna de toda a crise. Depois de minuciosamente fundamentada por diversos oradores, foi votada uma proposta que decretava a «abstenção a exames», e ainda que os estudantes assegurassem o cumprimento da decisão tomada [Ver Anexo 14].

Os estudantes escolheram uma forma de luta duríssima e difícil. Os riscos eram corridos por todos os que aderissem à

6. A greve a exames

(37) A Revista *Estudos* sintetiza bem o que se passou nesse período: «Em reuniões de cursos, inicia-se o debate do problema. Ao mesmo tempo que se mantém a linha de reivindicações, contesta-se já, também, o exame como cúpula de um sistema de ensino.

A escalada para uma abstenção aos exames vai-se fazendo lenta mas metodicamente. Só será decidida quando houver a certeza de que a grande maioria dos estudantes terá a coragem de a assumir. O trabalho realizado no interior dos cursos, onde se estuda igualmente outras possibilidades de luto e se avaliam as consequências possíveis dessa tomada de posição, torna-se fundamental para se compreender a Assembleia Magna que se realizará em 28 de Maio». (*Estudos*, 1969:148).

Neste aspecto, destaque-se o comunicado da DG do início da 2.^a quinzena de Maio: «Os exames são um dos muitos aspectos retrógrados. Significam o acaso e a lotaria de que resulta a percentagem média de 33% de aprovações na Universidade de Coimbra. E quando uma escola repudia, em termos de prestação de provas, 67% dos seus alunos, ou estes não estão no seu lugar, ou é então a Universidade que há muito se demitiu do seu lugar, sua função.

A substituição dos exames por outro processo de controlo de conhecimentos deve surgir numa Universidade autenticamente renovada que não recorra ao sistema das notas ou exames para desencadear o trabalho e o estudo. O próprio conteúdo do ensino, os seus métodos e as suas finalidades imporão aos estudantes o trabalho indispensável.

Não queremos mais que a ilusão do saber tenha ano a ano a sua maratona. O holocausto da memória e do ludíbrio é fósil medievo que a história e a ciência não suportam».

greve. Estava em jogo a passagem de ano. A perda do ano para muitos era sinónimo de ida para a tropa, de fazer a guerra; para outros significava a perda da bolsa ou do apoio familiar. Estava-se longe dos confrontos clássicos, nos quais, regra geral, os riscos principais eram, apenas, corridos pelo punhado de dirigentes e activistas mais notórios.

Qual seria a resposta do poder? A expectativa era enorme. A tensão dramática. Evitar que o número dos furadores da greve fosse significativo, passou a ser uma preocupação central. ⁽³⁸⁾

6.1. No dia 2 de Junho, primeiro dia de exames, a Universidade apareceu cercada por forças da GNR, da PSP e da Polícia de choque. Só atravessavam o cordão policial que fechava todos os acessos à Universidade, os estudantes que exibissem o documento comprovativo de que tinham exame nesse dia e que dissessem querer fazê-lo [Ver Anexo 15].

Coimbra parecia uma cidade ocupada militarmente. As forças policiais patrulhavam as ruas. Os estudantes distribuíam-se pela cidade em piquetes, destinados a dissuadir eventuais furadores. Havia uma organização técnica global das acções de rua, que não impedia uma grande criatividade dos pequenos grupos de acção, que aliás estavam sobre permanente pressão da polícia. As ruas que levavam à Universidade foram-se enchendo estranhamente de pregos e de tachas, os automóveis começaram a ter furos uns atrás dos outros. O trânsito tornou-se pouco fluente. ⁽³⁹⁾

⁽³⁸⁾ No dia 31 de Maio, antevéspera do começo dos exames a DG começava assim um comunicado: «Aproxima-se a hora magnífica de provar à Nação a dimensão concreta e real da dignidade, coerência e solidariedade da Academia de Coimbra que de forma tão inequívoca, soubeste exprimir em voto colectivo na última Assembleia Magna». E mais adiante alertava: «O estudante que, por pressão familiar, por inconsciência infantil, por egoísmo mesquinho ou servilismo oportunista, a tentar violar [«a vontade colectiva da Academia»], aceita a chantagem governamental e atraiçoa a causa estudantil, e, como traidor, ficará na história da Academia e da Nação. Como traidor, sujeitar-se-á às sanções éticas e sociais que isolam e qualificam os homens. A sua denúncia pública e histórica será um dever de todos nós».

⁽³⁹⁾ Nesse mesmo dia, a DG faz sair um comunicado vibrante — «Nós não acreditávamos»: «(...) A Academia de Coimbra sabe que não mais será enganada e que este Governo que não soube compreender não merece perdão.

A Academia de Coimbra sabe hoje que lhe transformaram a Universidade num campo militar, onde os próprios polícias se entretolham cercados pelo vazio das ordens injustas, cercados pelo cemitério dos ideais colectivos, cercado pelo olhar cínico dos traidores que protegem, cercados pelo olhar envergonhado de todo um corpo docente, cujas câs de dignidade e sabedoria são espezinhadados com desprezo e insulto intoleráveis.

(...)

Provámos a nossa dignidade, a nossa solidariedade de forma magnífica, voltando as costas à provocação, voltando costas a uma Universidade ocupada por cavalos, polícias e traidores. Essa é, precisamente, a Univer-

Estava em carne viva o sentimento colectivo dos estudantes. Era sentida a profunda injustiça da brutalidade que o poder não hesitava em exercer. Mas esta ferida na afectividade, acompanhada da consciência plena de cada grevista do que pessoalmente arriscava, não impediu que a direcção do movimento mantivesse a serenidade e que os estudantes não tivessem sido nem amedrontados, nem enfurecidos até ao ponto de perderem o norte⁽⁴⁰⁾.

A questão dos traidores tornou-se um problema prático central, porque ficou claro que eram eles a única verdadeira arma do Governo contra o movimento grevista. Eram uma arma que feria pessoalmente cada grevista. Daí resultou a barreira que em torno deles se ergueu e perduraria durante anos, após a crise. E aí se radicam os actos de violência de que chegaram a ser objecto alguns furadores da greve.

Mas os primeiros dias do boicote a exames tornaram claro que o movimento ia vencer essa batalha, que seria no entanto dura, prolongada e feita de pequenos combates quotidianos, numa multiplicidade de pressões e de vontades que se entrelaçavam e se enfrentavam.

A voragem do quotidiano, a dramatização afectiva, não apagaram, todavia, a postura analítica em torno dos problemas básicos.

6.2. As polícias não se limitavam a ocupar a cidade. Desde o dia 2 de Junho, começaram a prender estudantes. O trabalho habitualmente feito pela PIDE foi, neste caso, atribuído à Polícia Judiciária⁽⁴¹⁾. Pretendia-se talvez chocar menos uma opinião pública já muito traumatizada; mas a

cidade que não queremos, essa é precisamente a Universidade que queremos denunciar e que, até agora, o fachadismo das pompas e do autoritarismo têm mistificado».

Diga-se, a propósito, que para a elaboração dos seus comunicados, por vezes, a DG contou com o apoio de alguns quadros do movimento, que se identificavam plenamente com a estratégia seguida. Apoio que podia ir desde a elaboração de um esboço a que a DG dava os retoques finais, até à discussão prévia do que era adequado dizer. Entre esses apoiantes especiais deve destacar-se Alfredo Soveral Martins, também ele membro do «Conge», que foi responsável pelo tom vibrante de vários dos textos publicados.

⁽⁴⁰⁾ No dia 3 de Junho, teve lugar a chamada «operação flor»: grupos de estudantes desceram até à Baixa de Coimbra, compraram flores e foram-nas dando, uma a uma, às pessoas com que se cruzavam na rua. Estabelecia-se o contacto, a conversa fluía, a informação passava. Quando a propaganda oficial os queria fazer aparecer como desordeiros e agitadores, quando a cidade se enchia de polícias por causa deles, os estudantes desceram à cidade e distribuíram flores. Quando os cercavam e lhes batiam, responderam com flores. O impacto simbólico na população de Coimbra foi enorme.

⁽⁴¹⁾ O cerne da estratégia repressiva foi o de tentar caracterizar as acções dos estudantes como correspondendo ao crime de sedição, figura jurídica novecentista instrumentalizada para cobrir as prisões efectuadas.

PIDE não deixou nunca de estar no terreno, dirigindo a repressão.

Em 16 de Junho os SIPE da AAC publicam uma análise global da situação [Ver *Anexo 16*], onde se destaca que o nível de adesão à greve a exames está bem acima dos 80%, o que é um êxito notável, sendo claro que o triunfo já não pode fugir aos estudantes.

No dia anterior, o MEN publicara uma nota oficiosa, onde se ensaia uma resposta política a esse êxito. Resposta ambígua, em que se disfarça mal a intransigência. No dia 17 uma Assembleia Magna, apreciando a conjuntura no seu todo, delibera continuar a greve a exames, enquanto não forem satisfeitas as reivindicações básicas imediatas.

A repressão agudiza-se. À amplitude do movimento grevista, o poder responde com brutalidade e em todas as frentes. As prisões arbitrárias prosseguem no quadro de uma encenação propagandística, em que se mistura uma curiosa defesa da «liberdade de exame» com a alarmada denúncia de perversas «manobras sediciosas» atribuídas aos estudantes. Em comunicado de 26 de Junho a DG alerta: «Não nos deixemos enganar: a brutal e mal encapotada repressão de que a Academia de Coimbra está a ser vítima é feita contra o direito e a moral, através dum abuso de formas legais⁽⁴²⁾, quando não mesmo através da sua infracção pura e simples».

À medida que o êxito do boicote se revela irreversível, pelo próprio facto de terem passado as datas de quase todos os exames, as estruturas do movimento concentram os seus esforços na defesa em face das acções policiais. As prisões continuavam. A repressão tornava-se mais selectiva⁽⁴³⁾. Com o decorrer do mês de Julho, o número de estudantes presentes em Coimbra vai diminuindo.

Os SIPE em comunicado de 24 de Julho, fazem um balanço, praticamente final, do boicote a exames. A percentagem de grevistas é um resultado espectacular: Direito — 85%; Letras — 84,8%; Ciências — 86,5%; Farmácia — 66,8%; Medicina — 92%. Encarada a Universidade como um todo, a percentagem dos que boicotaram os exames foi de 86%.

6.3. A vitória política dos estudantes era um dado adquirido: haviam travado uma batalha duríssima sem terem sido esmagados, nem forçados a uma debandada. Pelo contrário, o apoio ao movimento expandira-se no decurso do processo.

O Governo procurara calibrar a dureza, supondo que poderia vencer sem ter que ser ostensivamente violento, mas

⁽⁴²⁾ Ver nota anterior.

⁽⁴³⁾ Osvaldo Castro é o primeiro elemento da DG a ser preso.

foi obrigado a atingir níveis de repressão maiores do que os habituais, e sem resultado. A resposta estudantil foi simétrica: sem excessos, mas sem tibiezas. O país estava agora plenamente desperto, para o que se passara em Coimbra, a solidariedade estendia-se.

As eleições para a Assembleia Nacional, marcadas para o final de 1969, mesmo sem a dignidade democrática que lhes outorgasse qualquer autenticidade, eram um momento de prova para o Governo, já que as limitações à livre expressão das forças anti-fascistas se atenuavam durante um mês⁽⁴⁴⁾. Por isso, a crise de Coimbra era sentida com suplementar apreensão por parte do poder político e contribuiu decisivamente para assinalar a identidade fundamental que ligava o governo de Marcelo Caetano aos governos de Salazar. Os dirigentes não procuraram sofregamente este objectivo, infringindo os ritmos e a lógica da luta estudantil, mas obtiveram esse resultado. Em política, a menor distância entre dois pontos nem sempre é uma linha recta.

Logo nos primeiros dias de Agosto, quando está no auge a «caça» da polícia à DG, da qual vários elementos estão já presos, o governo encerra a AAC. O movimento perde assim a sua principal base logística. As férias vão passando. O «Conge» reúne⁽⁴⁵⁾. Analisa-se a situação com todo o cuidado. Aventa-se a hipótese de um recuo tático: não continuar o boicote a exames na época de Outubro.

Com a repressão ao rubro, sem a AAC aberta, depois da pausa das férias, torna-se improvável manter os níveis de adesão conseguidos na 1.ª época. Sendo assim, pensava-se que podia ser um capital político mais sólido, com vista ao futuro, retirar organizadamente, após um boicote apoiado por 85% dos estudantes, do que insistir num combate em condições muito más difíceis do que na época anterior e que por isso iria dividir esses 85%, podendo terminar em debandada.

O processo de auscultação-persuasão desenvolveu-se desde essa altura. Entre os estudantes algumas franjas más radicais preconizavam a continuação do boicote⁽⁴⁶⁾. Preparava-se uma Assembleia Magna para o fim de Setembro.

(44) A CDE de Coimbra concorreu ao sufrágio com uma lista verdadeiramente unitária. Encabeçava-a Henrique de Barros, mas quem politicamente a liderou foi Orlando de Carvalho. Os seus outros elementos foram António Arnaut, Rui Climaco e António Campos. Como já vimos (Nota 17), o candidato estudantil era Mário Araújo Torres.

(45) Esta reunião foi rodeada de especiais medidas de segurança, uma vez que alguns dos elementos que nela participaram estavam a ser procurados pela polícia. Teve lugar, em Agosto, na Figueira da Foz, em casa dos pais de um dos membros do «Conge».

(46) Outros sectores procuravam aproveitar a conjuntura para tentar minar a popularidade da DG, embora no fundo soubessem que o recuo tático era a melhor solução. Era o caso de muitos dos «IBs».

O «Conge» reúne de novo para debater a questão (47). A ideia antes esboçada solidificara-se: a única saída era a do «recuo tático», o boicote a exames não devia ser mantido em Outubro.

Esta ideia vinha fazendo o seu caminho entre os estudantes. Não era uma decisão fácil. Tinha um certo sabor amargo. A polícia impediu a realização da Assembleia Magna, marcada para 25 de Setembro, onde se deliberaria em última instância. Perante este impedimento, a DG assumiu a responsabilidade de em comunicado tornar pública a sua decisão de não preconizar o prosseguimento da greve a exames na época de Outubro.

Nos primeiros dias de Outubro, o insólito aconteceu: 49 estudantes entre os mais activos, vários dos quais membros da DG, foram incorporados compulsivamente no Exército (48). Esta incorporação foi um golpe sério no movimento, não só porque o decapitou, como porque envolveu alguns quadros realmente importantes. A situação tornou-se mais difícil. A desorientação começou a grassar entre os quadros, as cli-vagens acentuaram-se. A hegemonia do «CR» esbateu-se.

Um olhar apressado teria visto os estudantes derrotados. Mas não foi preciso muito tempo para se ver que assim não era. Além de ter pago um pesado preço político em termos de opinião pública, o Governo viria a ser forçado a reçar, mostrando qual o balanço efectivo da luta travada entre Abril e Julho. Na verdade, alguns meses mais tarde, aos 49 estudantes incorporados em Outubro foi concedida a faculdade de interromperem a prestação do serviço militar, de modo a serem colocados em pé de igualdade com os outros; os processos disciplinares e criminais não tiveram sequência; o Reitor foi substituído por outro, aberto ao diálogo; e o ministro da Educação também (49).

8. Conclusão

Esta crónica da crise é de certo modo um testemunho, uma leitura pessoal do fio condutor dos acontecimentos. Não pretendeu ser uma análise que lhe inventariasse todos os aspectos, que investigasse todos os reflexos e detectasse todas as raízes. Procurou descrever o que se passou como acto colectivo de resistência e de rebelião, de modo a transmitir a riqueza especial desse processo de luta. Será isto

(47) Por razões de segurança, esta reunião não teve lugar em nenhuma república, mas sim na sede da cooperativa UNITAS.

(48) Suprema ironia: o poder revelava que cumprir o serviço militar era não um honroso e patriótico dever, mas um castigo.

(49) O novo ministro foi o Prof. Dr. Veiga Simão. O novo Reitor da Universidade de Coimbra foi o Prof. Dr. Gouveia Monteiro, democrata publicamente oposto ao regime fascista.

suficiente para estimular questões novas que garantam a fecundidade de futuras análises?

8.1. Algumas ocorrem irresistivelmente, desde já. Por exemplo, a de nos interrogarmos quanto ao grau de actualidade das críticas que há vinte anos os estudantes faziam à Universidade.

Hoje, vinte anos passados, quinze dos quais depois da queda do fascismo, quais as críticas que a evolução da Universidade fez caducar? Quais as que o decurso do tempo tornou mais certeiras?

Se escolhermos certos ângulos de análise, o mundo actual parece evoluir vertiginosamente; se optarmos por outros, sufoca-nos a sua estagnação. Será que com a Universidade se passa algo de semelhante?

E o que fizeram vinte anos às propostas estudantis? Reduziram-nas a peças de um museu imaginário de sonhos superados? Realizaram-nas? Tornaram-nas, pelo contrário, mais imperativas? E se for certo que é a sociedade de hoje que não as comporta, o defeito será delas ou da sociedade?

Há uma outra ideia, presente nos textos dos estudantes de 1969, que permanece actual: a de considerar imperativa uma ligação fecunda da Universidade com o meio social. Neste aspecto, quais os caminhos percorridos? Haverá quem tenha escolhido atalhos perigosos? Em que medida o actual discurso apologético dessa ligação é mais uma retórica legitimadora do que uma atitude nova?

8.2. A cadeia de acontecimentos que narrámos merece também ser encarada como um objecto de reflexão política.

Julgo, por exemplo, ser importante destacar o carácter sectorial dos objectivos do movimento: a luta por uma Universidade Nova. A questão do poder em termos globais estava, em termos práticos, fora do horizonte do movimento. Daí que a problemática social no seu todo só se tenha atingido como resultado de uma irradiação a partir do sector-eixo, como um desenvolvimento, uma projecção.

Não tendo como horizonte a tomada do poder político, o movimento estudantil não era um movimento político, era um movimento com ambições parcelares respeitantes ao lugar no todo social do grupo em que se radicava, às suas condições de vida e ao seu futuro. Por isso, se procurava que as críticas ao poder político surgissem como desenvolvimento lógico de uma atitude de defesa dos interesses dos estudantes e não do facto de os dirigentes terem opiniões políticas contrárias ao governo. Desse modo, o movimento estudantil podia encarar-se como tributário de um sindicalismo de tipo particular.

Havia, aliás, uma mútua adequação entre a sectorialidade dos objectivos estratégicos prosseguidos e o carácter sindical do movimento, em si próprio.

Tudo isso significava que a luta por uma Universidade Nova era intrinsecamente compatível com o espaço em que se desenvolvia e daí retirava a sua identidade específica. Não era uma mera projecção no terreno universitário das concepções globais do mundo e da vida, um simples aspecto particular de uma questão genérica, uma ilustração parcial das ideias gerais dominantes. Era a tradução reelaborada de tudo isso à luz de uma problemática específica. E ao destacarmos isto mesmo, estamos a mostrar uma das pontes com este nosso tempo, em que se vêm revelando como cada vez mais frágeis as capacidades analíticas das grandes ideias, quando insusceptíveis de mutações particularisantes.

Pode assim ver-se que a não-obediência do movimento a centros de decisão externos era, não só a consequência da hegemonia de uma certa fracção da esquerda estudantil, mas também a correspondência subjectiva dos objectivos prosseguidos.

Estes objectivos estratégicos foram sempre encarados como devendo prevalecer sobre quaisquer urgências ou pressões de natureza tática. Esta subordinou-se à estratégia; firme, mas flexível. Se nos lembrarmos que o drama de muitos processos de luta anteriores foi a perda de apoios à medida que o combate recrudescia, podemos avaliar melhor a importância de em 1969 ter acontecido exactamente o contrário. Como se disse, a Assembleia Magna de 28 de Maio, onde se tomaram as medidas mais radicais, foi a que contou com maior número de estudantes.

A relevância do sectorial como suporte suficiente para uma estratégia de luta, como eixo dessa estratégia, adequava-se à valorização do reformismo como método possível de transformação da realidade. Realmente, se apenas à revolução (como mutuação súbita e completa das relações de poder à escala de um Estado) se reconhece a plenitude da aptidão transformadora, a centralidade do sectorial nunca tem eficácia. As lutas sectoriais tenderão, nesta óptica, a não ser mais do que episódios e estímulos ou repercussões, dos combates globais.

No entanto, o reformismo que assim se procurava pôr em acto não era o reformismo clássico oposto à ideia de revolução, nos processos e nos objectivos, era, sim, o «reformismo revolucionário»⁽⁵⁰⁾ que se baseava no princípio de que uma

⁽⁵⁰⁾ André Gorz, autor então conhecido, entre nós, principalmente, através dos seus livros «Estratégia Operária e Neocapitalismo» e «O Socialismo Difícil», foi o principal teorizador desta perspectiva. Caracterizando-a,

sucessão articulada de pressões de intensidade e amplitude crescentes, em que cada conquista deixa o adversário mais fraco (e quem pressiona, mais forte) é um método adequado para alcançar transformações radicais. Trata-se de um processo gradual, mas ininterrupto.

Na verdade, este gradualismo dinâmico impregnou o processo de 1969, não só no modo como se intensificaram as várias formas de luta, mas também no aprofundamento das críticas à instituição universitária, e no crescimento da implicação política e social das questões universitárias.

Referindo-se a uma problemática afim, Sartre escreveu:

«Vale mais baterem-se para impor reformas que minarão um pouco o edifício da Universidade burguesa, que enfraquecerão todo o sistema e servir-se dela depois como de um trampolim para pedir outra coisa. É a teoria do «reformismo revolucionário» de Gorz, que permite manter uma evolução constante, radicalizando cada vez um pouco mais as reivindicações» (Sartre, 1972: 196).

Esta perspectiva tem um outro aspecto, aliás presente nos pressupostos da reelaboração estratégica do movimento estudantil: começar por propostas menos radicais e por problemas mais imediatos, para ir depois radicalizando as propostas e focando problemas sucessivamente menos particulares, é acompanhar o próprio amadurecimento subjectivo dos actores sociais envolvidos. Como escrevi, em 1973 a propósito da crise:

«As confrontações sectoriais têm aliás uma virtude de grande importância: a de não pressuporem *ab initio* uma consciência radical global. (...) São por isso susceptíveis de implicarem desde logo todos os que estejam sectorialmente despertos por uma noção elementar dos seus interesses mais imediatos e aparentes, noção essa de mais fácil disseminação do que uma clara consciência global, que se irá gradualmente suscitando através dum desenvolvimento apropriado do processo de luta, clarificado por teorização rigorosa». (Namorado, 1973; 66).

Esta vontade de envolver a grande maioria dos estudantes, de os implicar no movimento, está na raiz da nova estratégia estudantil. A consonância entre a DG e os estudantes em Assembleia Magna — as massas estudantis —, é a tradução disso mesmo no processo concreto de luta, não é algo de circunstancial. Mas funcionava também implicitamente como

Sartre escreveu nas «Situations — VIII» (pág. 157): «... há um outro que eu chamaria o reformismo revolucionário. Este provém da base. É o resultado de reivindicações vitoriosas que alteram a estrutura da sociedade. É o fruto duma luta permanente da classe operária, que obtém em cada etapa, não só aumentos de salários como uma maior influência sobre a gestão, uma amputação real dos poderes do patronato. É um reformismo que não progride ao ritmo das concessões que a burguesia no poder acha por bem fazer, mas ao das vitórias que a classe operária obtém.»

garantia de que os eleitos (DG) cumpriam o contrato eleitoral que os legitimava; e como protecção, de última instância, da linha de rumo aceite pela maioria dos estudantes, contra as pressões exercidas pelas diversas corporações de activistas, não legitimadas democraticamente e permeáveis, quase sempre, a centros de decisão exteriores aos estudantes. Isto mesmo, bem como a relevância do sectorial não reduzido a mero segmento de um todo uniforme e a combinação da atitude reformista com objectivos transformadores, são fenómenos politicamente actuais. Contribuem, por isso, para que valha a pena olhar com atenção para o que se passou em Coimbra em 1969⁽⁵¹⁾. ■

Referências Bibliográficas

- | | | |
|-------------------|------|--|
| «A Crise» | 1969 | <i>Estudos</i> , n.ºs 475-479, Coimbra. |
| Namorado, Rui | 1972 | <i>Movimento Estudantil e Política Educacional</i> . Coimbra: Edição do Autor (Nosso Tempo). |
| Namorado, Rui | 1973 | <i>Educação e Política</i> . Coimbra: Centelha. |
| Sartre, Jean-Paul | 1972 | <i>Situations — VIII</i> . Paris: Gallimard. |

⁽⁵¹⁾ Já depois deste texto estar na tipografia foi publicado o livro do Celso Cruzeiro, «Coimbra — 1969». É o mais completo documento até hoje publicado sobre a crise de Coimbra em 1969. Como testemunho saudavelmente apaixonado, é natural que nos suscite aplausos e discordâncias. Quem comparar este meu texto com o livro em questão, detectará com facilidade significativas discordâncias, mas compreenderá também a raiz dos meus aplausos.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAC	— Associação Académica de Coimbra
AAEE	— Associações de Estudantes
CA	— Comissão Administrativa
CDE	— Comissão Democrática Eleitoral
CNEP	— Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses
«Conge»	— abreviatura de «Congeminação» ou de «Congemina- tivo» (Ver nota — 16)
«Contestas»	— abreviatura de «Contestatórios» (Ver nota — 10)
CPE	— Comissão Pró-Eleições
CR	— Conselho das Repúblicas
«CR»	— corrente da esquerda estudantil que hegemonizava o CR (Ver nota — 8)
DG	— Direcção-Geral (da AAC)
GNR	— Guarda Nacional Republicana
«IBM»	— designação em gíria académica da corrente da esquer- da estudantil que era controlada pelo PCP (Ver nota — 9)
«IBs»	— abreviatura de «IBMs»
MEN	— Ministro (ou Ministério) da Educação Nacional
MES	— Movimento da Esquerda Socialista
MOP	— Ministro das Obras Públicas
MRR	— Movimento de Renovação e Reforma
OAAA	— Organismos Autónomos (Ver nota — 4)
PIDE	— Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSP	— Polícia de Segurança Pública
SIPE	— Serviços de Informação, Propaganda e Estatística (da AAC)

95

CRONOLOGIA SUMÁRIA

- Fevereiro — (1.ª Semana) — A CPE inicia a sua actividade. **1968**
- Maio — Em Paris estala a revolta dos estudantes franceses.
- Julho (31) — A CPE entrega ao Reitor da Universidade um abaixo-
assinado subscrito por 2500 estudantes, pedindo elei-
ções na AAC.
- Agosto — As tropas do Pacto de Varsóvia invadem a Checoslo-
váquia, pondo fim à «Primavera de Praga».
- Setembro — A CPE promove uma reunião fechada em que se
esboça uma nova estratégia para o movimento estudantil.
— Salazar, fisicamente incapacitado, é substituído na
chefia do governo português por Marcelo Caetano.
- Novembro — (1) A imprensa noticia a próxima realização de eleições
na AAC.

- (18) Entrega ao MEN pela CPE de uma petição com reivindicações referentes ao acto eleitoral anunciado, aproveitando a sua vinda a Coimbra à abertura solene da Universidade.
- (23) O CR anuncia a candidatura de uma lista por ele apoiada, para concorrer às eleições da AAC.
- (25) Tomada da Bastilha, grande cortejo de protesto contra a CA.
- (27) A CA anuncia para Fevereiro a realização de eleições na AAC.
- (28) A CPE é recebida, em Lisboa, pelo MEN.
- Dezembro — A lista do CR inicia a campanha eleitoral. Começam a ser publicados os cadernos que constituem o seu programa.
- 1969** — Janeiro — A lista do CR intensifica a campanha. Vai promovendo a discussão dos cadernos que vão sendo publicados.
- (28) Surge a candidatura da Lista MRR, às eleições da AAC.
- Fevereiro — (10) Debate público entre as duas listas.
- (12) Eleições na AAC. Vitória do CR — 74,1% dos votos.
- Março — (7) Tomada de posse dos corpos-gerentes eleitos.
- Abril — (14) A DG da AAC justifica em comunicado porque querem os estudantes intervir na cerimónia de inauguração do edifício das Matemáticas.
- (16) A DG informa das frouxas razões invocadas para a recusa dessa pretensão.
- (17) Inauguração do Edifício das Matemáticas. O presidente da AAC pede a palavra, o que acaba por lhe ser recusado. Incidentes. Inauguração estudantil.
- (18) Às 2 da madrugada Alberto Martins é preso à saída da AAC. Incidentes com a polícia durante a noite. O presidente da AAC é libertado depois das 11 horas. Ao meio-dia grande reunião de estudantes nos Gerais. À tarde, uma Assembleia Magna faz diversas reivindicações concernentes à participação dos estudantes na vida da universidade.
- (22) São suspensos da frequência às aulas 8 estudantes, 6 dos quais membros da DG. À tarde, a Assembleia Magna decreta luto académico com transformação das aulas em debates.
- (23) Inicia-se a greve. Adesão quase total.
- (30) Na TV, José Hermano Saraiva, MEN, lança uma feroz diatribe contra a Academia de Coimbra.

- Maio — (1) A Academia responde, comparecendo em massa à Assembleia Magna realizada neste dia.
- (5) O MEN decreta o encerramento da Universidade com efeitos a partir do dia seguinte.
- (6) Comunicado da DG em que se avança com a hipótese da greve a exames.
- (7) A DG publica a «Carta à Nação».
- (7) Em reunião geral, os grelados decidem a não-realização da Queima das Fitas.
- (28) Em Assembleia Magna, 5 000 estudantes decretam greve a exames (40 abstenções e 190 votos contra).
- Junho — (2) Primeiro dia do boicote a exames. Cidade ocupada. Começa a repressão policial. Muito poucos furam a greve.
- (3) Operação-flor: estudantes descem à Baixa durante a manhã e distribuem flores à população.
- (dias seguintes) A luta agudiza-se. As prisões multiplicam-se. A adesão à greve está acima dos 85%.
- (15) Nota oficiosa do MEN, procurando dar uma ideia de moderação, sem ceder em nada de essencial.
- (17) Os estudantes realizam uma Assembleia Magna que decide prosseguir a luta por não terem sido atendidas as reivindicações dos estudantes.
- Julho — O êxito da greve está assegurado. A repressão cresce mais ainda. O movimento ocupa-se, agora, mais da sua autodefesa. Os estudantes vão deixando Coimbra, para férias. Percentagem final da adesão ao boicote a exames: 86,8%.
- Agosto — (8) O MEN encerra a AAC.
- Setembro — Os estudantes são impedidos de se reunir. A DG manifesta publicamente a opinião de que não deve ser feito boicote aos exames 2.ª época.
- Outubro — Quarenta e nove estudantes, entre os quais vários dirigentes, são incorporados compulsivamente no serviço militar.
- Decorre o mês de campanha eleitoral com vista às eleições para a Assembleia Nacional. Na CDE de Coimbra há forte presença de estudantes.

ANEXOS

1. Comunicado de apresentação da CPE.
2. Para uma nova estratégia do movimento estudantil.
3. Lista patrocinada pelo Conselho das Repúblicas — Para uma Universidade Nova.
4. Universidade e Nação (Programa da Lista CR — Caderno — n.º 1).
5. Universidade e Cultura (Caderno — n.º 2).
6. Convívio (Caderno — n.º 3).
7. Reforma do Ensino (Caderno — n.º 9).
8. Os 9 pontos — reivindicações básicas do movimento estudantil português.
9. Os estudantes querem participar.
10. O dia 17 de Abril.
11. Greve às aulas.
12. Sujeitos, não parafusos.
13. Carta à Nação.
14. Proposta de greve a exames.
15. Greve a exames.
16. As legiões estão em redor da Universidade.
17. Plataforma Política.

ANEXO 1

COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DA CPE

Há quase três anos que uma Comissão Administrativa ocupa o lugar da Direcção Geral da AAC. Por duas vezes já, as pessoas que a constituem foram substituídas, mas nada se renovou com essas mudanças. O seu carácter não electivo, sempre se tem consubstanciado ao nível da sua actuação num mesmo marasmo, numa mesma anarquia de realizações de fachada, numa lesão da própria essência da AAC. Nunca a Academia, e particularmente o Conselho de Repúblicas e os Organismos Académicos se conformaram, aceitando a presença de CA como normal. E o decorrer dos anos apenas serviu para tornar mais marcada a evidência do prejuízo que o estado actual das coisas encerra para a AAC e portanto para os estudantes de Coimbra. A necessidade de eleições que superem a anormalidade vigente é pois crescente. Necessidade que o Conselho de Repúblicas e os Organismos Autónomos há muito constataram, mas cuja permanência agora os levou a procurarem promover em concreto algo que pudesse contribuir para que não venha longe o dia de eleições na AAC.

Foi assim que resolveram escolher uma COMISSÃO PRÓ-ELEIÇÕES cuja missão será a de diligenciar no sentido de que as eleições para os corpos gerentes da AAC se façam no mais breve prazo possível. Assim se atingiria uma normalização da vida académica em Coimbra, ponto essencial para um ambiente estudantil saudável tão necessário ao bom funcionamento da Universidade. A comissão escolhida conjuntamente pelo Conselho de Repúblicas, Tuna, TEUC, CITAC, Coral e Coro Misto, é constituída pelos seguintes elementos:

CARLOS ANTÓNIO DE MAGALHÃES ANTUNES BAPTISTA
(Ciências)

JOÃO CELSO DA ROCHA CRUZEIRO (Direito)

JORGE MANUEL GOUVEIA STRECHT RIBEIRO (Direito — Curso
Complementar de Ciências Jurídicas)

JORGE MANUEL NUNES AMADO DE AGUIAR (Direito)

JOSÉ LUÍS PIO DA COSTA ABREU (Medicina)

OSVALDO ALBERTO DO ROSÁRIO SARMENTO E CASTRO
(Direito)

RUI MANUEL DOS SANTOS NAMORADO (Direito)

Escolhida pelos Organismos Autónomos e pelo Conselho de Repúblicas, esta comissão identifica-se com os interesses de todos os estudantes de Coimbra, porque visa superar uma situação que a todos prejudica. Apoiá-la é pois actualmente a atitude natural de quantos considerem desejáveis, indispensáveis, eleições para os Corpos Gerentes da Associação Académica de Coimbra.

CONSELHO DE REPÚBLICAS.

TUNA; TEUC; CITAC; CORAL; CORAL MISTO.

ANEXO 2

PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

**O movimento
estudantil em
Coimbra em
68/69 (Setem-
bro, 68)**

(Este texto é um guião para a intervenção oral que me coube fazer, numa reunião de análise da situação estudantil em Coimbra, realizada em Setembro de 1968. Do debate havido, viria a resultar a adopção de uma nova estratégia para o movimento estudantil. Dada a sua natureza, este texto é um conjunto de tópicos, um leque de temas a discutir. Como tal deve ser lido).

«O eixo do movimento estudantil, seu objectivo estratégico determinante deverá ser a luta por uma Universidade Nova. Mas a luta por uma Universidade Nova não será uma progressão para uma finalidade fechada, pois o seu desenvolvimento porá naturalmente em causa a conexão desse objectivo com problemas mais gerais que se põem à sociedade em que vivemos. É assim que a radicalização do Movimento Estudantil se desenhará, não através duma politização directa, linear e imediata, mas através dum descarnar das engrenagens até à sua nudez defeituosa, para que se atinja o nível a partir do qual uma solução dos problemas pode ser efectiva. Será pois uma luta de duas faces: um combate global conduzindo a uma lucidez global dos estudantes, uma sucessão de combates parciais por pequenas vantagens e pequenas melhorias.

Poderá perguntar-se: significa isso então a caducidade dos objectivos por que até agora se lutou? De modo nenhum, já que esses objectivos se integram no que assinalámos acima. Apenas se trata de alargar o campo de luta, de maneira que as escaramuças surjam agora como parcelas duma frente ampla. Será assim mais difícil a tarefa para os que se nos opõem. Dir-se-á: também para nós; e bem débil tem sido o movimento estudantil, embora confinado e menos ambicioso. É certo, mas o redefinir, o ordenar da estratégia estudantil, aproveitando o existente ou latente, menos do que exigindo tarefas absolutamente novas, encontrará a prova da sua correcção no estímulo que consiga representar para os estudantes. Como se estes até aqui adormecidos, acordassem finalmente pela acção do meio adequado para o conseguir.

Especificar o conteúdo da luta pela Universidade Nova não é nem possível, nem desejável. Não é possível já, por não estarmos possuidores de muito mais do que de uma rejeição do presente no campo pedagógico. Não é desejável, porque, querendo-se criador, o movimento parte da convicção de que sendo a actual estagnação esterilizante, com o desencadear da luta os estudantes gradualmente se enriquecerão a ponto de se enriquecerem os seus objectivos, precisando-se o possível que querem actualizar.

Propor, no entanto, umas linhas gerais do que deverão ser os pontos básicos da luta, é ponto de partida indispensável. Desde logo, podemos distinguir quatro aspectos do sentido da pressão inovadora:

- 1 — a Universidade como instituição
- 2 — os estudantes dentro da Universidade

- 3—o ambiente dentro da Universidade
- 4—o motor paralelo da cultura

1—A Universidade como instituição

Nas suas relações com o exterior há que reivindicá-la autónoma, no sentido de a pôr a coberto de imiscuições de ordem repressiva, que não no sentido de a transformar numa instituição privada; assim como há que reivindicar a democratização do acesso à Universidade, o que implica um deslizar para o problema geral da democratização do ensino; assim, como é de exigir que ela esteja devidamente imbuída da problemática concreta do país, o que se articula com o problema seguinte: o da reforma do ensino. Problema que envolve não só uma alteração de programas, como de métodos, como de orientação geral.

101

2—Os estudantes dentro da Universidade

Primeiro ponto, o da instituição da sua presença efectiva nos órgãos representativos da Universidade, sendo de encarar o reforço dessa presença.

Em segundo lugar, as AAEE devem ficar libertas de toda a tutela e de todas as restrições à sua liberdade, assim como têm direito a serem reconhecidas como os organismos representativos dos estudantes e aos subsídios objectivamente justificados pelas suas actividades.

Em terceiro lugar, os estudantes devem ter as maiores facilidades de habitação — residências autogeridas, construídas e subsidiadas pelo Estado —; cantinas autogeridas ou cogeridas; a assistência médica e medicamentosa deve ser total, gratuita e eficaz.

3—O ambiente dentro da Universidade

A liberdade de crítica deve ser total e o saber, em vez dum fluxo hierárquico, fruto de discussão e debates. É o ambiente que tem de mudar radicalmente. Dentro das aulas, dentro das AAEE, nos locais de reunião. O conhecimento tem de deixar de ser a voz do mestre comentada, para ser um movimento geral de apreensão do real.

4—O motor paralelo da cultura

Em país subdesenvolvido, com uma Universidade caduca, num mundo dia a dia mais rico de problemas e potencialidades, a cultura tem para nós o sabor do indispensável. Aí as AAEE têm um campo fecundo, fértil para os seus participantes, árduo para os seus inimigos. Uma cultura dirigida para o real, uma apreensão em profundidade de como está o nosso país, dos problemas mais gritantes do mundo de hoje, são direcções de amplas potencialidades.

Esta batalha cultural deve impregnar a luta pela Universidade Nova, servindo-a e servindo-se dela, quase se confundindo em mútuo

enriquecimento. Aprofundava-se a ligação entre a Universidade e o país, assim como a radicalidade das reformas pedagógicas.

Estas parecem dever ser as linhas gerais da estratégia estudantil. Poder-se-á inquirir, ao nível sindical, da politização que envolvam. Parece ser esta a via do sindicalismo estudantil mais inteligente, na medida em que supera reivindicações de grupo fechado e assume um carácter mediato.

Mediata, a politização apresenta-se como mais eficaz, pois apañando os estudantes num grau de empenhamento frouxo condu-los a uma consciência dos processos e do real.

Uma politização de choque serve menos os interesses da luta estudantil, na medida em que no momento actual não parece capaz de conquistar as massas estudantis, ao mesmo tempo que tem de enfrentar a repressão em campo aberto, tornando-se, facilmente, uma prova de força entre as autoridades repressivas e as elites estudantis, ou seja, a minoria radicalizada e consciente.

Mas esta linha geral implica um desenvolvimento das vias de luta já prosseguidas, em relação às quais se apresenta como ordenação integradora e progressão qualitativa. Assim a luta anti-CA (Comissão Administrativa) desenvolvida até agora deve acelerar-se, dum modo que tenha em conta a estratégia em que se insere. As estruturas existentes devem ser reforçadas, articuladas e completadas com outras novas.

Assim se radicalizará o Movimento Estudantil dum modo substancial, abandonando-se o pendor processual dos últimos tempos em que as reivindicações estudantis eram grandemente instrumentais.

Implica pois duas finalidades gerais consequentes, a estratégia definida: transformação da Universidade e criação duma consciência crítica dos estudantes.

Traços muito gerais da tática a seguir

- aproveitamento dos momentos habituais de mobilização estudantil;
- adoptar uma linha de esclarecimento aprofundado dos problemas;
- organizar a defesa imediata dos estudantes em relação às arbitrariedades do ensino;
- não provocar choques frontais e gerais, como elementos desencadeadores do movimento, evitando as provas de força;
- partir da criação dos pequenos fluxos que conduzam às torrentes de grandes manifestações (isto é, o agudizar dos processos de luta deve ser uma consequência da adesão das massas e não um processo de as entusiasmar para lhes conquistar a adesão, ou seja, aproveitar certas lições que dizem ser eficaz muitas vezes um lento apodrecimento, mesmo à custa de poupar possíveis choques mesmo de êxito relativo)».

ANEXO 3

LISTA PATROCINADA PELO CONSELHO DAS REPÚBLICAS — PARA UMA UNIVERSIDADE NOVA

1. Constituição da lista

LISTA EFECTIVA

- Direcção Geral — Alberto de Sousa Martins (D)
João Celso da R. Cruzeiro (D)
José António M. G. Salvador (D)
José Antunes Gil Ferreira (Estagiário de M)
José Manuel Matos Pereira (D)
Maria Fernanda F. da Bernarda (D)
Osvaldo A. Sarmento e Castro (D)
- Assembleia Geral — Décio Bernardino P. de Sousa (M)
Joaquim Gil Antunes Ferreira (D)
Joaquim J. da Silva Pinto (Estagiário de M)
Maria de Fátima S. M. Saraiva (L)
- Conselho Fiscal — Carlos A. de M. Antunes Baptista (C)
José de Oliveira Barata (L)
José R. Gomes Cabral (M)

103

LISTA SUBSTITUTA

- Direcção Geral — Américo António Pais Borges (M)
Augusto R. R. Carvalho Leitão (D)
Bento da Costa R. Machado (D)
Emídio Viegas (M)
Jacinto José Palma Dias (L)
José Manuel Torres Miguens (C)
Maria Manuela Pinto Lacerda (M)
- Assembleia Geral — José Ferreira (C)
Manuel Afonso da S. Strecht Monteiro (M)
Rui Manuel Lobo G. Marques (D)
Rui de Melo Pato (M)
- Conselho Fiscal — Custódio Manuel Arroja Neves (D)
Luís Frederico Redondo Lopes (D)
Virgílio Amândio de C. Pimenta (C)

2. Origens da Lista

Sempre o Conselho das Repúblicas, conjuntamente com os Organismos Autónomos, veio manifestando o seu protesto em face das sucessivas comissões administrativas impostas à AAC, ao mesmo tempo que demonstrava inequivocamente os prejuízos decorrentes de tal situação. A conquista dos direitos fundamentais dos estudantes, negados na existência dessas comissões administrativas, norteou a actividade paralela do Conselho de Repúblicas e dos Organismos Autónomos, no sentido de se atingir a normalização da vida da nossa Associação Académica de Coimbra.

Para que tal fosse alcançado, e em termos de maior eficiência, OAAA e CR criaram, de forma democrática, a Comissão Pró-Eleições, encarregada de proceder às diligências indispensáveis para a defesa intransigente dos interesses estudantis. A sua correcta actuação, encontrando nos estudantes uma adesão esmagadora, fortaleceu decisivamente o movimento académico de Coimbra, e veio a coroar-se na conquista de eleições para a AAC.

Garantida a realização do acto eleitoral, entendeu o CR, apoiando-se nos OAAA, ser necessária a apresentação de uma lista que, informada dos mesmos propósitos, se conduziria no mesmo sentido: o da defesa das legítimas aspirações e plenos direitos de todos os estudantes.

Através desta lista, prossegue o CR a perspectiva adequada do movimento estudantil, assumindo esta posição nas eleições como consequência duma conquista que ele próprio, e em colaboração com os OAAA, havia iniciado ao criar a Comissão Pró-Eleições.

A LISTA

ANEXO 4

UNIVERSIDADE E NAÇÃO (EXTRACTO DO CADERNO N.º 1 DO PROGRAMA DA LISTA DO CR)

UNIVERSIDADE E NAÇÃO

1. Função da Universidade

A Universidade, dado o primordial papel que representa no desenvolvimento cultural de um povo, compete a responsabilidade de proporcionar a si própria — a todos os que nela se integram — não apenas uma eficiente qualificação profissional, mas ainda um perspectiva humanista da realidade no sentido de projectar «o homem como indivíduo, como cidadão e como membro da comunidade internacional». O cumprimento frutuoso de tal missão distribui-se na síntese harmoniosa de três linhas fundamentais:

- completo apetrechamento técnico-profissional;
- formação cultural ao serviço de uma verdadeira compreensão da realidade;
- investigação científica.

O intenso progresso científico e tecnológico da nossa época exige inevitavelmente uma Universidade atenta, que possa, a todo o momento, oferecer os recursos que a Ciência, ao longo da sua continuada evolução, vem propiciando à Humanidade.

Só esta atitude de contemporaneidade — estar no seu próprio tempo — permite que nela encontrem os estudantes o material indispensável para concretizar a capacidade técnico-profissional adequada às circunstâncias do mundo de hoje.

Não pode, porém, a Universidade limitar-se à mera produção de técnicas sob pena de, resvalando para uma actuação deformadora, destruir no profissional o homem (que nele existe). Impõe-se, pois, o descortinar paralelo de toda uma correcta concepção do mundo e da vida que conduza o educando à compreensão do momento histórico e lhe indique a posição actuante e transformadora que todo o homem tem de assumir na Sociedade.

A importância determinante da investigação científica no desenvolvimento socio-económico constitui um dado actual irrecusável unanimemente reconhecido pelas diversas doutrinas económicas. Os locais indicados para corporizar este ramo de actividade são, por excelência, as Universidades. Delas sairão os investigadores imprescindíveis aos vários sectores da conjuntura nacional, cuja importância se fará sentir na própria qualidade da pesquisa universitária e também no nível do ensino de todas as escolas.

2. Universidade Actual

Na nossa Universidade, o preenchimento das três funções atrás esquematicamente enunciadas encontra um primeiro e decisivo obstáculo num enciclopedismo falsamente globalizante. Deparamos, efectivamente, com um amontoado de conhecimentos desconexos, com uma clara desorganização de matérias, no intuito de ensinar muito em extensão, que não em profundidade e qualidade. Do carácter abstracizante do ensino resulta para o estudante um esforço essencialmente memorizador em prejuízo de um trabalho reflexivo e crítico. A recepção passiva de «verdades feitas», a falta de liberdade crítica neste ensino de conteúdo ultrapassado circunscreve o educando à situação de simples consumidor de serviços de instrução pública. A ausência de perspectivação cultural e humanista coloca o estudante à margem da realidade social, remetido para a posição individualista da cómoda inércia.

Atentemos ainda em que subordinar a educação às carências do processo produtivo no objectivo de conseguir quantidades determinadas de especialistas — quais peças mecânicas de uma ampla máquina — corresponde também à destruição do carácter personalizante e humanizante que deve assistir ao ensino. Não sugerimos, pois, uma Universidade preocupada com a visão tecnocrática de necessidades e interesses de grupos sociais. Apelamos antes para que, a par da indispensável preparação técnica, ela forneça a cada profissional as linhas de acção necessárias para a sua inserção dinâmica na sociedade.

3. Universidade Necessária

À Universidade caberá sempre uma tarefa contínua de dinamização, transformação e de inovação, independentemente de qualquer situação histórica concreta ou de qualquer contexto socio-económico. Na prossecução de tais fins, ela não pode de forma alguma quedar-se contemplativa diante das estruturas sociais, terá inevitavelmente de empreender, através do diálogo actuante, uma contestação permanente.

A autonomia da Universidade face à administração pública e a livre iniciativa sobre o conteúdo do ensino e sua adequada formulação

são condições básicas para que tal diálogo se processe em termos de isenção e de utilidade social.

As coordenadas do critério de recrutamento dos alunos universitários devem atender em exclusivo às suas capacidades e potencialidades, com rejeição absoluta da selecção de tipo económico. Este critério de base económica não se ajusta às imperiosas necessidades do progresso, nem se coaduna com os mais elementares princípios de justiça e equidade, além de constituir um desperdício evidente do potencial humano do país. Ilustremos o facto com números da realidade portuguesa: — de cada 100 alunos que frequentam a última das quatro classes do ciclo elementar do ensino primário, 70 passam o respectivo exame, 18 entram no ensino secundário, 5 terminam os cursos correspondentes e apenas 2 obtêm um grau universitário.

(...) Então, encontraremos no mestre o supervisor de toda uma actividade criadora que a liberdade crítica indispensável vem exigir e desencadear no estudante. Isto emprestar-lhe-á a capacidade intelectual para extravasar da Universidade e contribuir decisivamente para a emancipação cultural e económica do seu próprio país.

Ressalta, pois, numa síntese final, que constitui atribuição prioritária da Escola suscitar uma interpretação exacta de toda a realidade, de acordo com as leis gerais que regem a evolução da Natureza e o desenvolvimento das Sociedades.

ANEXO 5

UNIVERSIDADE E CULTURA (EXTRACTO DO CADERNO N.º 2)

UNIVERSIDADE E CULTURA

A Universidade caberia um papel importantíssimo de dinamização cultural, de actualização permanente do ensino e da investigação. O indivíduo tem que se integrar nas ideias do seu tempo, a cultura de uma determinada época não é um corpo estático, ela se desenvolve, se modifica, se recria a cada momento; o sistema de ideias de um determinado período é rapidamente superado por um outro ideário. À Corporação Universitária, como instituição específica e superior do conhecimento científico e do desenvolvimento das ciências humanas, caberia a dupla tarefa de acompanhamento e divulgação das mais recentes descobertas da ciência, das mais modernas interpretações e correntes do pensamento universal. Cultora por excelência das actividades do espírito, era a ela que competia detectar, demonstrar a influência que a cultura em desenvolvimento exerce sobre as estruturas socio-económicas, bem como influência que estas, em sua contínua renovação, exercem sobre a renovação da cultura. Mas, para isso, a Universidade teria que estar inserida na problemática nacional, ligada à vida, aberta e debruçada para a Nação. Isso imporia o aproveitamento produtivo das capacidades nacionais, não só abrindo as portas a todos os portugueses, rejeitando o critério económico de

selecção, bem como angariando também para si os professores mais competentes e mais actualizados.

Mas não é isso que apresenta a catastrófica Universidade Portuguesa. Inapelavelmente desligada da vida nacional e profundamente divorciada da realidade do seu país, ela caracteriza-se como diz A. José Saraiva — «não por exercer a sua função de ir adiante dos acontecimentos, prevendo-os e explicando-os, mas indo a reboque deles, resistindo-lhes». (1)

A Universidade forjadora de diplomas, exportadora de cultura de encomenda, apela desesperadamente para a memorização do aluno no sentido de empacotar as receitas do mestre ao mesmo tempo que liquida a liberdade crítica e se empenha em obstruir qualquer solução de conexão prática com a realidade. Entre o que aprende na escola e o que depara na vida, o estudante não encontra qualquer ligação.

Que dizer duma Universidade onde se ensina ridiculamente a nossa literatura, a nossa história, duma Universidade que parou no século XIX, sem nunca verdadeiramente lá ter conseguido chegar? Que dizer de uma Universidade bolorenta que em 1968, ano da conquista do espaço e da declaração universal dos direitos do homem, rumina prazenteiramente o medievalismo, se embrenha nas saias das rainhas e nos paletós dos monarcas, num encolher de ombros, impávido e sereno, ante a sucessão crescente das correntes do pensamento, dos inventos do espírito humano, das mutações históricas e sociais?

Agonizante e demitida do seu papel de instrumento da cultura, a Universidade, entrincheirada no subdesenvolvimento económico e cultural, pactua com ele, demite-se também do seu papel de vanguarda que lhe caberia desempenhar, numa predisposta teimosia de desbaratar o que de melhor possa existir porventura no património nacional. E assim afunda o país, enquanto se afunda a si própria. Poderemos dizer pois seguramente, com António José Saraiva que «A Universidade em Portugal, é, por excelência, a negação da cultura.»

Dela foram expulsos os maiores vultos da cultura nacional, pois cultura portuguesa não se coaduna de modo algum com esta Universidade portuguesa. Dentre dezenas e dezenas de professores afastados, citaremos, apenas, a título exemplificativo os nomes da Fidelino de Figueiredo, Abel Salazar, Pulido Valente, António José Saraiva, Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes, Vitorino de Magalhães Godinho, Rodrigues Lapa, Egas Moniz, Manuel Valadares, Mário Silva, Magalhães Vilhena, etc.

Foram muitos destes homens que, expulsos da Universidade do seu País, encontraram abertas as Universidades de outros Países, onde vêm desenvolvendo um prestigiante trabalho em prol da emancipação humana e da cultura Universal.

Mas enquanto desdenha dos melhores valores humanistas do património nacional, a Universidade rodeia-se, faustosamente engalanada, da incompetência e da mediocridade, entregando a cátedra vitalícia à ridicularia palavrosa que todos nós, estudantes, tragicamente conhecemos.

(1) *Para a História da Cultura em Portugal*, prólogo António José Saraiva.

Que resultados poderá apresentar uma Universidade deste tipo?
Vejam os:

«O aluno sente-se não já uma criatura com uma tarefa e um lugar definido na vida, responsável e útil, mas um ser sem norte e sem objectivo, cujo o único papel é o de deixar correr o tempo porque tanto faz o dia de hoje como o de amanhã. A Escola está formando, em vez de homens, essa coisa sem forma e sem espinha a que se chama «estudante», produto social típico dos nossos métodos pedagógicos.» (2)

Diploma debaixo do braço, o estudante ignorará já o que aprendeu — e não seria o mais grave — mas também qualquer princípio válido de actuação sobre a correlação das formas em movimento à sua volta. Indivíduo mutilado, ele será mais uma peça amorfa e rotineira numa engrenagem caduca, remetido para a vida com a cabeça vazia na mira de encher os bolsos. O estudante português, se se confina ao mero papaguear daquilo que a Universidade lhe incrustou, não será mais um ser activo, actuante e transformador, mas será cada vez mais um ser inerte e passivo, incapaz de construir algo ou de oferecer à Nação aquilo que esta legitimamente poderia esperar dele. E transformar-se-à rapidamente num parasita dela própria.

Mas a posição retrógrada da Universidade não se tem contentado com a passividade em face dos acontecimentos, com a estagnação em face do desenvolvimento. Ela vai mais longe na tarefa de negatividade em que se empenhou, levando o germe da destruição onde vislumbra o florescimento de realizações culturais. Pois não tem sido outra a política da Universidade em relação ao esforçado e profícuo trabalho levado a cabo pelas Associações de estudantes. Expulsar os seus dirigentes, impedir a criação e o desenvolvimento de novas secções culturais adentro das Associações, proibir arbitrariamente realizações de alto significado cultural e de reconhecido valor humanista, são apenas facetas várias duma política unitária de actuação da Universidade em relação aos estudantes. Estes, privados de toda a perspectiva humanista na Universidade, não têm tido sequer o direito de compensar esta ausência limitadora pela própria auto-educação, num esforço complementar e adequado. A Academia de Coimbra recorda ainda amarga lembrança da actuação da Universidade em relação à sua AAC, durante 64/65.

ANEXO 6

CONVÍVIO (EXTRACTO DO CADERNO N.º 3)

CONVÍVIO — DA SUA NECESSIDADE ÀS SUAS FINALIDADES

O homem é, por excelência, um ser social, e os homens conscientes dirigem-se decididamente nessa direcção.

O drama do século XX centraliza-se na existência de enormes contradições sociais que impossibilitam os povos de se manifestarem na plenitude da sua sociabilidade.

(2) Escola — Problema Central da Nação, António José Saraiva.

A cooperação que devia presidir às relações entre os indivíduos vem dando lugar à luta desenfreada em redor de interesses divergentes. A tolerância é substituída pela perseguição arbitrária, a compreensão pelo dogmatismo asfixiante.

Mas ao século XX cabem características de um avançado progresso técnico-científico que propiciou à Humanidade um sem número de soluções para os problemas com que esta depara no decorrer da História. A ciência veio, pois, libertar o homem enquanto, por virtude do volume de conhecimentos, o tornava cada vez mais interdependente: — a nenhum é possível, no momento histórico, abarcar a totalidade das ciências. Resulta, assim, o diálogo necessário rumo à transmissão da cultura humanista, dirigido à criação de hábitos de vida em comum, fomentado, afinal, no sentido de fortalecer tanto a sã camaradagem como o trabalho colectivo. Diálogo projectado no convívio quotidiano de homens e mulheres assaltados por preocupações e alegrias comuns. Dialogar inadiável dos responsáveis pela tarefa de construir um mundo verdadeiramente renovado e renovador.

Aos estudantes se evidencia, de modo essencial, a urgência do convívio, e aos estudantes se lhe opõem dificuldades detectadas e detectáveis que é imperioso superar.

A nossa escola, informada de muitas incapacidades, não promove dentro de si a convivência mútua dos alunos, ou destes com o corpo docente. O individualismo exarcebado orientador da maioria da população estudantil não é combatido pela actividade educativa. A frequência das aulas é um mecânico exercício de marcar presenças, despidido de relações de autêntica coabitação. E será no seio da própria Universidade que o acto de conviver deve sobremaneira manifestar-se. As relações mestre-aluno em geral deficitárias são-no por demais no trato diário, no encontro distraído da tarefa dominante de educadores, na liberdade crítica, que o mesmo é dizer, no diálogo aberto e confiante. A salvaguarda das relações humanas não constitui preocupação fundamental da Escola contemporânea.

A preparação escolar do estudante é considerada da responsabilidade individual e só agora nos é dado assistir à criação de grupos de estudo por iniciativa dos educandos.

Não é indiferente à inexistência dum convívio pleno as diversas origens sociais da massa universitária, como lhe não é alheia também a contextura social e económica sustentáculo do ensino actual.

A Universidade não se dirige à Nação, como esta não penetra naquela. Mas é à escola que compete, primordialmente, ir ao encontro do seu país, percorrê-lo e dinamizá-lo, para de seguida se sentir procurada por toda a realidade ansiosa dos seus serviços e da sua científica atenção.

A Universidade não pode nunca divorciar-se da Nação sob pena de comprometer, por forma profunda, o cumprimento da sua «tarefa contínua de dinamização, transformação e de inovação, independentemente de qualquer situação histórica concreta ou de qualquer contexto sócio-económico». (1)

(1) In «Caderno n.º 1», PARA UMA UNIVERSIDADE NOVA. Programa da lista candidata aos corpos gerentes da Associação Académica, patrocinada pelo CR, 68/69.

Traçadas de maneira sucinta as coordenadas que condicionam o viver universitário voltamos a salientar a urgência do convívio humanista defensor da tolerância e capaz de estabelecer «o esforço de compreensão» que nos leve «ao confronto das nossas ideias com as dos outros e, porventura, a despojar-nos de algumas falsas certezas com que, no voluntário ou forçado isolamento, nos fomos envenenando.»⁽²⁾ Conviver na autenticidade da camaradagem, que suscite o trabalho colectivo a todos os níveis da estrutura universitária. Competiria que o promovesse uma escola não demitida da sua responsabilidade educativa, compete afinal às AAEE enquanto diante de Universidades enfermas.

Importa, pois, compreender tal condicionalismo, explicá-lo para nos dirigirmos pelo caminho que o supere e transforme. Importa debruçarmo-nos sobre as formas de convívio susceptíveis de o corporizarem eficazmente, e das quais deve lançar mão a AAC.

Assinale-se, entretanto, que o próprio trabalho desenvolvido pelos estudantes adentro das várias secções da nossa Associação assume já em si aspectos de intensa colaboração.

ANEXO 7

REFORMA DO ENSINO (EXTRACTO DO CADERNO N.º 9)

NOTAS SOBRE A REFORMA DO ENSINO

Introdução

A análise da problemática do ensino tem vindo nos últimos tempos a merecer a atenção geral, reflexo de uma tomada de consciência que começa a alastrar e que começa, então, a aperceber-se das suas incidências estruturais sócio-económicas. O desfazamento entre uma civilização do século XX e uma escola que vive em estado de inconsciência histórica espelha a incapacidade de quem não quer perceber que o seu caminho é não a consolidação de instituições e hábitos pré-existentes, mas a construção do futuro.

A escola portuguesa tem-se demitido (ou têm-na demitido) dessa função, mais parecendo interessada em continuar submissa e simplesmente munida de uma aparelhagem cultural surgida das diversas soluções que corresponderam a problemas de épocas anteriores, do que apresentar-se como elemento construtor dum «dever — ser social» inteiramente disposto à transformação para a sociedade nova.

Um esforço educativo encarado com uma visão larga de quem quer resolver efectivamente os problemas — e aí deixamos a política de «paliativos» — poderá e deverá ser uma iniciativa primeira e urgente

(2) In «Ensaios» — Alberto Ferreira — Textos VÉRTICE.

que só terá justo sentido, só será sinal de progresso e só será autenticamente nacional se se expressar numa reforma do ensino que se adapte às necessidades portuguesas, que se integre no contexto geral da nação, que vise uma nova mentalidade e que se proponha remodelações estruturais.

Igualdade para todos o que tem sido privilégio de poucos e abertura da escola à universalidade da cultura, uma nova cultura que finalmente acabe por nos dimensionar um homem social, liberto e despido de todos os entraves. Não poderá pois compreender-se qualquer reforma tecnocrática, parcelar, que mais não seja que a pura adaptação às necessidades do fenómeno produtivo, que vise sobretudo suprir a carência de mão-de-obra qualificada, em detrimento da elevação do nível das consciências.

Deixadas em esboço estas considerações introdutórias, cumpre-nos apontar a importância das linhas gerais essenciais (de reforma) que iremos expor à consideração, compreensão e estudo de todos os estudantes. Só munidos dum apetrechamento óptimo de ideias gerais poderemos abalançar-nos a compreender e a participar em qualquer subsequente e necessária reforma de especialidade (de Medicina, Letras, etc.).

Democratização do Ensino

«Todo o homem tem o direito à instrução», assim está consagrado no art. 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A possibilidade que a uns e não a outros se abre de ascenderem ao ensino simplesmente porque as suas bolsas comportem ou não um tal encargo é um critério selectivo que se não pode admitir pois envolve um total desprezo pelos inalienáveis direitos humanos.

A qualificação pela formação escolar, que deveria estar aberta a todos em igualdade de circunstâncias, é na nossa sociedade obstruída pelo referido critério económico que reduz à impotência as qualidades e livres aptidões de cada qual, vindo portanto a traduzir-se num incalculável desperdício nacional. Talvez nenhum índice seja mais expressivo para averiguarmos da panorâmica educacional do país que o da percentagem de analfabetos existente que ascende a 31,3% da população activa, sendo que 9 em cada 10 portugueses ou são analfabetos ou possuem apenas a escolaridade elementar de 4 classes.

O desperdício mais se acentua se encarmos a divisão em estratos sociais a tornarem inviável que um filho de camponês venha ser um óptimo engenheiro, enquanto um filho de doutor poderia ser um habilitado operário fabril — isto sem envolver neste jogo de hipóteses uma hierarquia na consideração destas profissões.

A igualdade, a igual possibilidade de todos em ascenderem ao ensino deveria ser uma garantia fundamental que se traduzisse num respeito pelas livres opções, vocações e capacidades, acompanhada pela difusão duma nova cultura, por uma nova conceptologia de utilidade e igual dignidade das tarefas sociais.

Não esqueçamos porém, como ponto correlacionado fundamental que a democratização da escola pressupõe a democratização da escola, pressupõe a democratização das estruturas sociais, não se

limitando ao simples abrir das portas a todos, em mero acto de generalização. Sob pena de se reforçarem ou manterem privilégios sociais, têm de ser resolvidas as diferenças básicas higiénicas, de saúde, de alimentação, habitação, etc, para se poder garantir a efectiva igualdade, verificável se todos tiverem iguais possibilidades de desenvolvimento psico-fisiológico.

As desiguais capacidades que se verificam, sem poderem ser devidamente determinadas, são no fundo reflexo de causas económicas a influenciarem os «hábitos, atitudes, utensilhagem conceptual, linguagem, valores, etc.»

«A acção diferenciadora dos determinismos sociais no equipamento mental das crianças (aptidões e interesses inclusive) explica em grande medida que os êxitos e os fracassos escolares atribuídos a «dons naturais» individualmente diferenciados, se distribuam de maneira significativa, consoante a origem social e familiar.» («Educação e Educadores» — Rui Grácio).

Só a apreensão global que atenda às apontadas deficiências estruturais e as encare com o intuito de as remover será verdadeiramente democrática; caso contrário, estaremos no domínio de mais ou menos audaciosas soluções ao serviço de clãs privilegiados. Certo é, que o ensino até agora reservado às elites tende a alargar-se, em obediência às necessidades de especialização, não deixando de afirmar o seu anti-humanismo que não consegue perceber o individuo como homem e cidadão integrado no «movimento dinâmico de evolução, na apreciação crítica do seu passado, na descoberta do seu presente e na perspectivação do seu futuro» (Caderno n.º 2).

ANEXO 8

OS 9 PONTOS

REIVINDICAÇÕES BÁSICAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PORTUGUÊS

1. Imediata demissão da Comissão Administrativa e eleições imediatas na AAC.
2. Legalização de todas as Comissões Pró-Associações e criação de condições para a existência de Associações de Estudantes onde ainda as não houver.
3. Participação de estudantes democraticamente eleitos na gestão dos serviços criados pelo Governo respeitantes às necessidades estudantis.
4. Participação de estudantes democraticamente eleitos no governo da Universidade.
5. Intervenção das Associações de Estudantes, na qualidade de únicos representantes dos estudantes, em todas as questões e instâncias onde se decida da vida e da Reforma da Universidade e do Ensino em geral.

6. Amnistia de todos os estudantes expulsos e presos, reintegração na Universidade de todos os professores expulsos e abolição de todas as medidas discriminatórias não pedagógicas ou científicas no recrutamento de professores.

7. Revogação de toda a legislação circum-escolar e anti-associativa.

8. Legalização dos órgãos federativos e lançamento das bases de uma União Nacional dos Estudantes Portugueses (UNEP).

9. Direito à livre informação por parte dos estudantes no que diz respeito à problemática e ao processo da sua actuação e posição.

113

ANEXO 9

OS ESTUDANTES QUEREM PARTICIPAR

(Em 14/04/69, a Direcção-Geral da AAC, quando não conhecia ainda a posição final das autoridades, publicou um comunicado onde justificava a pretensão dos estudantes participarem na cerimónia da inauguração do edifício das Matemáticas).

«A Universidade Portuguesa continua doente e débil. A corrida implacável dos anos, as evoluções social e científica, cada mais velozes e profundas, não deixaram incólume o edifício erguido sobre alicerces medievais. O intocável perdeu o seu sentido e só o movimento, o constante evoluir, encerra em si a expressão do contemporâneo. Todavia a escola portuguesa parece prosseguir imperturbável e aiheia perante o desenvolvimento histórico». Depois de se referir o imobilismo governamental, destaca-se o papel dos estudantes que «através das suas Associações sempre desenvolveram uma cuidada actividade de estudo sobre a universidade portuguesa»; «em primeira mão diagnosticaram as deficiências das suas escolas»; «em primeira linha sugeriram alguns caminhos passíveis de capacitarem o ensino superior para as tarefas que lhe incumbem».

Frisa-se então que: «Parte numerosa e responsável da Universidade, os estudantes reivindicam o direito inalienável de participarem a todos os níveis da vida universitária com plena efectividade. Parte exterior, sempre as autoridades vêm recusando a concretização de tal direito por razões que o diálogo do silêncio nos não permite detectar (...)».

Os estudantes mantêm a sua firme vontade de participarem paritariamente na gestão da Universidade Portuguesa, assim como mantêm a sua confiança num diálogo livre e aberto. A Associação Académica defende com intransigência o direito de cogestão, que possibilitará «a todos os estudantes e a todos os professores» desempenhar «funções de participação activa no funcionamento» da Universidade «através de um processo electivo que desague numa verdadeira representatividade».

Devem, porém, desde já tomar parte os estudantes, através das suas estruturas representativas, em todos os actos, «questões e ins-

tâncias onde se decida da vida e da Reforma Universitária e do ensino em geral». Donde resulta como corolário a reivindicação de participar na cerimónia de 17 de Abril, expressa como se segue:

«Quinta-feira, dia 17 de Abril de 1969, cerca das 11 horas, presidirá Sua Excelência o senhor Presidente da República à inauguração oficial do novo edifício das Matemáticas. Novas instalações para a Universidade de Coimbra que tão carecida se encontra de edifícios suficientes e funcionais. Carências que só os investimentos mais decisivos poderão colmatar.

Quer a Junta de Delegados da Faculdade de Ciências composta pelos delegados de curso, legítimos representantes dos estudantes porque democraticamente eleitos, estar presente ao acto e nele manifestar a vontade do corpo discente da mesma Faculdade.

A Associação Académica de Coimbra comunicou já a Suas Excelências os Senhores Ministros da Educação Nacional e das Obras Públicas e ao Magnífico Reitor a vontade da Junta de Delegados de Ciências, assim como confirmou a sua presença no acto inaugural onde irá falar a Direcção-Geral, expressando a vontade da Academia.

Queremos, pois, participar e não só presenciar, como queremos que os estudantes de Ciências tenham lugar para manifestarem, eles também, o seu parecer e a sua vontade. Queremos tão só o diálogo aberto e livre, que o mesmo é dizer reivindicamos o legítimo direito de a voz dos estudantes se fazer ouvir em toda a parte onde se decida da vida da Universidade».

ANEXO 10

O DIA 17 DE ABRIL

(Escrevi este texto alguns meses depois dos acontecimentos que narro. Destinava-se a integrar um livro que não cheguei a concluir. Pela sua relativa proximidade, em face dos eventos de que se ocupa, conserva um valor documental que uma versão reescrita perderia. Por isso, resolvi incluí-lo nesta série de anexos sem o alterar).

No dia 17 de Abril, depois dum breve «meeting» na sala de convívio das Instalações Académicas, os estudantes subiram as escadas monumentais munidos de cartazes diversos, onde se aludia a problemas universitários e da educação em geral. Quando, vindo da Reitoria, o cortejo oficial chegou ao edifício das Matemáticas, já diversas centenas de estudantes se aglomeravam no largo de D. Dinis.

No cortejo oficial que entrou no edifício incorporavam-se representantes de organizações estudantis oficialmente convidados, entre os quais Alberto Martins, presidente da AAC. Houve uma débil tentativa da força policial, postada à entrada, para impedir os estudantes de entrarem no edifício.

O Celso Cruzeiro, subindo para os ombros de alguns, exortou os estudantes a esperarem um minuto, esgotado o qual se entraria mesmo. Assim aconteceu, sem mais incidentes.

Lá dentro, em breve, se enchia o átrio. A certa altura as autoridades regressaram do interior e precisavam de atravessar o átrio para chegarem à sala Infante D. Henrique. Foi o Osvaldo Castro quem suscitou uma imediata abertura dum corredor por onde tais pessoas passassem.

A PIDE, à entrada da sala onde ia decorrer a cerimónia, filtrava as entradas. O corredor de acesso estava completamente apinhado, assim como o átrio. Mais de mil estudantes. O natural aperto, a expectativa em torno do que se iria passar dentro da sala (por se saber que o presidente da AAC iria pedir para falar) e o natural interesse em entrar, produziam um barulho e um borborinho crescentes. Perante decisiva intervenção de dirigentes, e no quadro dessa pressão crescente, os guardas da sala viram-se obrigados a deixar entrar malta até ficarem preenchidos todos os lugares da sala.

Os altifalantes postados no corredor transmitiam os discursos feitos no interior da sala. Ninguém arredava pé. O aperto não diminuíra, pois as dezenas de estudantes entradas haviam suscitado um afluxo ainda maior dos que queriam também entrar. O ambiente era aliviado pelo fogo cruzado de comentários às palavras acacias que se iam ouvindo. Até que, quando acabara de falar um professor de Matemática, aproveitando uma pausa, o Alberto Martins levantou-se e, dirigindo-se ao Presidente da República, que presidia à sessão, pediu para falar em nome dos estudantes.

Um ribombar de aplausos ecoou pela sala, pelos corredores, pelo átrio. O Presidente da República respondeu:

— Bem, mas agora vai falar o Sr. Ministro das Obras Públicas.

Uma expectativa de que o A. Martins falaria constituiu-se perante essa resposta. Os discursos do M.O.P. e do Ministro da Educação Nacional foram suportados como os documentários chatos que precedem o filme que nos interessa. As tiradas acacias tão no estilo das inaugurações em que se especializaram os governantes do Estado Novo tinham o acolhimento merecido por parte da multidão apinhada. Convenhamos, no entanto, que a galhofa era comedida.

Quando se esperava finalmente ouvir o representante dos estudantes, com estupefacção geral o Presidente da República deu por finda a sessão, sem sequer fazer a habitual alocação de encerramento. As autoridades dispuseram-se a sair da sala, atravessando a massa compacta dos estudantes. Espontaneamente, a malta começou a gritar: «Queremos falar! Queremos falar!» e ainda «Vergonha! Vergonha!», gritos esparsos onde adjectivos diversos se entrecrocavam não lograram apossar-se do coro geral. Viria a ser muito citada a expressão: «Fora o palhaço!», supostamente dirigida ao PR.

Dentro da sala, apenas ficaram os estudantes que haviam conseguido entrar. Passados os primeiros minutos de surpresa e acabadas de sair todas as autoridades e todos os convidados não estudantes, a multidão que ocupava o corredor e o átrio convergiu para a sala que ficou a abarrotar sem comportar todos os que pretendiam entrar.

A inauguração autêntica teve então lugar. As palavras que o representante dos estudantes fora impedido de dizer, foram então ouvidas. O clima era de exaltação. Carlos Baptista, representando a Junta de Delegados de Ciências, usou também da palavra; pela CNEP falou José Barros Moura. Celso Cruzeiro teve também uma breve

intervenção. As palavras dos oradores estudantes convergiam em dois pontos: um, de crítica às mazelas dum sistema de ensino que aquele edifício não podia ocultar; outro, de exaltação do significado daquela inauguração e da posição dos estudantes em contraste com a atitude das autoridades.

O dia passou sem mais incidentes num clima de contentamento por parte dos estudantes por se sentir que a inauguração do edifício das Matemáticas acabara por ter um sentido e por desarmar a manobra das autoridades universitárias. (...)

Às duas horas da manhã do dia 18, quando o presidente da AAC, Alberto Martins, saía das Instalações Académicas, sete agentes da PIDE rodearam-no e levaram-no preso. Da Associação foi imediatamente dado o alarme a todas as Repúblicas. Pouco tempo depois, algumas dezenas de estudantes tinham já afluído à AAC. Dai resolveram ir até à sede da PIDE para *in loco* saberem alguma coisa do seu presidente e na convicção que com essa acção apoiariam o Alberto Martins.

Cerca de meia hora depois do ajuntamento se ter formado, a polícia de choque chegou ao local com vários cães polícias que soltou, espancando selvaticamente todos os que não fugiram a tempo.

Na AAC os estudantes que haviam sofrido a carga policial e outros que, entretanto, tinham sabido do que se estava a passar reuniam-se para apreciar quais as medidas a tomar.

Ainda durante a noite pequenos grupos espalharam pela cidade tarjetas, dando notícias da prisão do A. Martins e da carga policial. Foi desde logo convocada para o Pátio da Universidade (Gerais) uma reunião para informação da Academia, (para as 12 horas do dia 18).

Entretanto, o Reitor, Prof. Andrade Gouveia, instado para intervir no sentido da libertação do Martins, durante a noite, descartou-se sem rodeios.

Pela manhã, a DG entrou em contacto com o Ministro da Educação Nacional, em viagem pelo país, dando-lhe conta do sucedido. Era notória a agitação em toda a Universidade a fazer prever uma concentração massiva.

Às onze horas e dez minutos, o Alberto Martins foi libertado. Fora interrogado ininterruptamente durante oito horas.

A presença de estudante na reunião foi massiva, podendo dizer-se que excedeu as expectativas. E foi uma presença massiva na Universidade e não na sede da AAC. Essa pequena opção táctica era já um reflexo da feição do movimento.

ANEXO 11

GREVE ÀS AULAS

(A propósito do período posterior a 23 de Abril a revista *Estudos* dá um sugestivo testemunho).

«... os alunos passaram a recusar as aulas, e, abeirando-se dos professores, tentaram gerar um clima de diálogo entre os dois corpos — docente e discente.

As aulas deixaram então de se realizar, quer porque os alunos as impediam, quer por iniciativa própria dos professores.

Em todas as faculdades se formaram assembleias permanentes com participação de significativo número de professores. Parece importante chamar a atenção para o trabalho desenvolvido, durante este tempo, numa linha de reforma da Universidade. Se, de início, se notava grande dificuldade em superar a superficialidade com que os temas eram abordados, pôde verificar-se posteriormente um amadurecimento e tentativa de um trabalho mais profundo.

A discussão ampla da vida universitária obriga a leituras, consultas, conversas com professores e discussões por grupos. Foi esta experiência de trabalho comum, ponto de partida para um fortalecimento dos laços de amizade entre colegas que até aí quase se desconheciam.

Este clima de diálogo é fundamental para melhor compreendermos a dinâmica dos acontecimentos». (*Estudos*, 1969:142).

117

ANEXO 12

SUJEITOS, NÃO PARAFUSOS

(Em 7 de Maio o cancelamento da Queima das Fitas é explicado pela respectiva Comissão Central num comunicado onde se diz:)

«Quando se apontam os estudantes universitários como os elementos privilegiados duma sociedade, não o negamos. Mas quando nos afirmam que a Universidade não é de estudantes e professores, mas da Nação, e que apenas contraímos a obrigação de estudar para nos aperfeiçoarmos tecnicamente no sentido de uma contribuição para maior rendimento das estruturas do país, respondemos:

1. Repudiamos o estatuto de parafuso bem confeccionado que possa servir a qualquer máquina.

2. Não esquecemos que contraímos perante a nação a responsabilidade da nossa mais completa funcionalidade com vista a um mais rápido progresso do país. Todavia, não nos demitimos de sermos nós também a escolher os fins que temos obrigação de servir e não aceitamos que alguém nos transforme em meros servidores de estruturas determinadas, para o levantamento das quais não nos foi reconhecido o direito de nos pronunciarmos.

Recusamo-nos a ser objectos. Exigimos o reconhecimento oficial de sujeito, numa universidade que queremos também nossa, para com responsabilidade e maturidade corresponder à obrigação que contraímos perante o Povo Português».

ANEXO 13

«CARTA À NAÇÃO» (EXTRACTO)

Da carta à Nação que em 7 de Maio a DG da AAC tornou pública tem especial interesse a sua última parte onde se sintetizam os pontos

programáticos base do ME e que são: 1 — *Reforma Global do Ensino* («As estruturas do ensino primário, secundário e superior têm de ser postas em causa a fim de que o estudante, ao longo dos seus estudos, possa ter uma orientação progressiva permanente em benefício do homem total não amputado numa especialização precoce de tecnocracia desumana. Deverá definir-se uma nova pedagogia que assegure desde o início ao estudante a sua participação na sua formação, os trabalhos de equipa e acção colectiva, a sua acção criadora, a sua curiosidade intelectual com vista a um ensino humano e concreto, reflectido e dialogado»). 2 — *Independência — autonomia* («em cada estabelecimento de ensino, um conjunto de regras internas deve garantir esta autonomia, posta ao serviço da liberdade de aprender e de ensinar como a garantia mínima da busca pela verdade»). 3 — *Auto-gestão* (os estabelecimentos de ensino devem ser geridos paritariamente pelos professores e pelos estudantes sem qualquer ingerência externa. As organizações de estudantes e de professores devem ter representação nas instâncias de elaboração dos planos económicos e na afectação de verbas orçamentais»). 4 — *O reconhecimento da utilidade social do estudante*. 5 — *Educação Permanente*. 6 — *Democratização do Ensino* («nós pretendemos que o ensino seja um bem democraticamente colocado ao alcance de todos, sem distinção de classes ou de recursos económicos. Nós pretendemos que não existam quaisquer processos discriminatórios, quer eles sejam favorecidos pela pré-cultura maternal privilegiada (diferenças básicas, higiénicas, de saúde, de alimentação, de habitação, etc.) quer elas sejam favorecidas por desigualdades económicas, quer ainda sejam favorecidos por um sistema de sanções de exames, de concursos e de programas seleccionadores. Pretende-se um ensino aberto a todos em condição de igualdade, permitindo a participação activa de todos na criação e usufruto dinâmico do saber.

O ensino gratuito a todos os níveis é uma exigência da sociedade presente e futura. Porém, não esqueçamos que a democratização do ensino pressupõe toda uma democratização das estruturas sociais, toda uma democratização económico-social sob pena de manutenção ou reforço dos privilégios sociais»).

E em conclusão, como que mostrando o reverso da exortação que se fazia à nação para participar na luta em apoio aos estudantes, afirmava-se: «A nossa luta só poderá, pois, fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade Nova num Portugal novo».

ANEXO 14

PROPOSTA DE GREVE A EXAMES

No dia 28 de Maio de 1969, em Assembleia Magna, mais de 5000 estudantes da Universidade de Coimbra (havendo 40 abstenções e 190 votos contra) votaram a seguinte proposta:

1 — Considerando que se mantêm as suspensões arbitrárias a 8 dos nossos colegas;

2— Considerando a injustiça dos processos disciplinares e ameaças de processos criminais instaurados e instruídos por autoridades extra-universitárias, com violação da autonomia da Universidade;

3— Considerando que não foram levantadas as faltas dadas pela Academia durante o período do Luto Académico;

4— Considerando que a recusa de aceitação da diligência e testemunho de 151 professores ofendeu a boa-fé e a razão de ser do seu corpo docente e discente;

5— Considerando que na recusa do diálogo, o Governo procura, com manobras dilatórias, fugir a uma resposta clara;

6— Considerando que à intransigência, à punição e ao arbitrio se contrapõe a inalienável justiça dos Estudantes da Universidade de Coimbra.

119

Propomos:

1— Que se decrete a *abstenção a exames* (como forma prática de LUTO ACADÉMICO já decretado na última Assembleia Magna) enquanto não forem satisfeitas as reivindicações estudantis anteriormente definidas: levantamento das suspensões; levantamento dos processos de inquérito; não marcação de quaisquer faltas durante o período do LUTO ACADÉMICO.

2— Que todos os estudantes, com a sua presença diária na Universidade, assegurem o cumprimento efectivo desta deliberação, tomando, para o efeito, as medidas adequadas de acordo com as condições de cada Faculdade».

ANEXO 15

GREVE A EXAMES

(Este texto reproduz uma passagem do número que a revista *Estudos* dedicou à crise de 1969. Em termos sintéticos traduz o ambiente que se viveu, sendo por isso um documento sugestivo).

2 de Junho — Primeiro dia de exames

Estudantes e polícias são os primeiros madrugadores da cidade, na manhã deste dia esperado com tanta inquietação e angústia.

O dia acorda com a Universidade ocupada por todo um arsenal bélico: carrinhas com polícia de choque e PSP, carros-patrolha, polícias com cães, GNR a cavalo e em «jeeps», camião cisterna munido de bomba de azul de metileno e a PIDE.

Unidades móveis patrulham todas as principais artérias da cidade alta. Os acessos à Universidade estão todos estrategicamente «tapados» por cordões policiais a pé, a cavalo, e de carro, que exigem a identificação a quem quer que deseje passar para a cidade universitária, só o permitindo aos professores, empregados, que aí exerçam a sua actividade profissional e aos estudantes que, desejando fazer

exame, apresentem um cartão da Secretaria-da Universidade que certifique poderem nesse dia e a essa hora prestar provas.

A Academia, impossibilitada de livre entrada na Universidade, manteve-se na rua, e, em grupos maiores ou menores, circulava constantemente entrando em contacto com uns e com outros, visando sobretudo quem se propunha ir a exame. Sobre estes contactos, se temos que concordar que em muitos casos eles propiciaram um diálogo cordial e honesto, não podemos esquecer, por outro lado, que muitos foram os estudantes incapazes de o alcançar. A menor consideração pelo respeito devido à *pessoa humana* levou estes a atitudes menos correctas, em que se deixaram trair pela paixão e se tornaram incapazes de dominar o raciocínio para caírem, negativamente, no argumento da força.

O movimento de pessoas e de carros policiais, desusado nesta tranquila cidade, mantém-se toda a manhã. À medida que o sol se aproximava do meio dia, os estudantes confluíam para a Praça da República. Manhã de agitação, mas apesar de tudo manhã de ordem, para além da anarquia natural das grandes massas em movimento. Com calma cumpriam-se as ordens das forças policiais. Patrulhas da GNR percorriam constantemente as ruas vizinhas da AAC, chegando até a subir aos passeios para dispersarem os estudantes. A GNR a cavalo ensaiou alguns trotes pelas avenidas mais próximas. O sol apertava. Não se podia estar parado nem mesmo a uma sombra acolhedora, porque o megafone, «em nome da Lei» (*sic*), mandava dispersar e não permitia aglomerações. As esplanadas, os cafés e os jardins são então invadidos por uma Academia, ordeira e pacífica. Da parte da tarde, os «jeeps» da GNR, apresentavam-se munidos de uma grelha de arame farpado, montada na vertical sobre a parte da frente, continuando a varrer os passeios e ruas na sua missão de evitar os ajuntamentos. Sempre que grupos maiores de estudantes se avistavam, as forças policiais continuavam a obrigar a uma dispersão rápida. Foram detidos numerosos indivíduos pelos mais diversos motivos: estar parado, responder a algum polícia, ser portador de máquina fotográfica, etc.

ANEXO 16

AS LEGIÕES ESTÃO EM REDOR DA UNIVERSIDADE (EXTRACTO DE COMUNICADO)

(No dia 16/06/69 os SIPE (Serviços de Informação Propaganda e Estatística) lançaram uma *Informação* cujo texto, em grande parte, se transcreve por fornecer um comentário crítico à situação repressiva que se vivia, extremamente elucidativo).

As Legiões estão em redor da Universidade. Lá dentro, algemada, esmagada, a escola.

Braço interior das Legiões, os carcereiros tecem uma viscosa cumplicidade com os canos das armas, os cavalos, as patrulhas.

Entre os que vegetam na negra floresta do colaboracionismo, subreptícios o Reitor e o Vice-Reitor, ostensivos, os Directores das Faculdades. O seu verdadeiro rosto está agora patente. A doença está sob a luz crua do dia, a lepra é pública, a decomposição agrava-se. Só os leprosos permanecem indiferentes, chafurdando no pântano onde lentamente se afundam.

Rilhando uma amarga revolta, os estudantes não temem o tempo. Estão serenos. Os estudantes de Coimbra sabem o que valem e o que podem, conhecem-se. Sabem qual a percentagem (80%) considerada necessária para que noutros países qualquer tipo de greve seja um triunfo completo. Sabem como a ausência a exames é a forma de luta sindical estudantil mais avançada e árdua. Sabem como as percentagens conseguidas são de tal modo sensacionais que informações sobre elas chegadas a França, foram objecto de dúvidas; de tal modo eram elevadas. Sabem como as estão a conseguir numa sociedade onde o direito a informar lhes é recusado, enquanto é livre toda a propaganda que lhes seja hostil. Sim, *80% de ausência a exames constituiriam uma vitória total, esmagadora.*

Ora são precisos muitíssimo mais traidores para as percentagens globais serem desse nível. Por isso, contra a raiva e o desespero crescente e patente das autoridades, universitárias e de ocupação estamos em situação de opor uma firme serenidade.

Os traidores, ou quem os represente, em afinado coro com as legiões e as autoridades universitárias, constituíram-se em intransigentes arautos da liberdade (e correspondente direito) de fazer exames. Não é costume vê-los nem na defesa doutros direitos e liberdades, nem tão determinados a defender seja o que for. Neste caso, esquecem o significado objectivo da traição, desdobrável em dois aspectos: fazendo letra morta duma decisão duma ASSEMBLEIA MAGNA, atingem o cerne da comunidade estudantil, retirando-lhe a capacidade de se exprimir colectiva e unitariamente; furando o LUTO EM EXAMES, são o único instrumento decisivo para que as legiões e os seus colaboradores possam esmagar os estudantes. Os traidores, quer o queiram quer não, não passam por isso duma arma das forças de repressão. Uma arma em acção, a única potencialmente eficaz. Por isso, os traidores quebram para sempre a sua ligação à comunidade estudantil. Os traidores são a esperança da GNR, da PSP, da Polícia de Choque, da PIDE, das autoridades universitários colaboracionistas. São o único instrumento de repressão com potencialidade para serem eficazes. Os factos têm demonstrado que não devem esperar qualquer êxito nessa ignominia em que definitivamente se afogaram. Não é pois um crime esta traição, mas muito mais do que isso a transformação definitiva dum homem em arma contra outros homens.

Os dias passam tensos, o inadmissível não pode continuar. Cabe a quem provocou os estudantes retirar duma vez para sempre, cabe a quem detém o poder tirar da actual situação universitária as consequências que se impõem, Ou seja afastar os responsáveis que como todos sabemos contam entre si o Reitor, Vice-Reitor, e os Directores das Faculdades, apagar todos os prejuízos que se abateram sobre os estudantes e lançar as bases para uma reforma estrutural da Universidade. Só assim serão respeitados os únicos interesses verdadeiramente decisivos: os do País, os do Povo Português.

Prisões

O primeiro dia de luto em exames foi ocasião escolhida pelas diversas corporações policiais para iniciar uma onda de prisões. A GNR e a PSP, não hesitaram desde então em prender quem o respectivo arbítrio lhes indicasse. Qualquer pessoa que pudesse ser tomada por estudante deixou de andar tranquila pelas ruas de Coimbra. Enquanto os dias passavam, assinalando um cortejo de novas vitórias, as prisões sucediam-se às prisões. Nenhuma resultante de qualquer flagrante delito.

A delação passou a ser o grande sonho dos polícias, os traidores o seu campo ideal de manobra. Algumas pessoas da mais acabada escória colaboram na caça aos estudantes com denúncias, acusações e apelos a um reforço das medidas repressivas.

Os poucos estudantes já julgados foram absolvidos, tendo algumas das acusações, pela sua impropriedade quase caricata, inutilizado a mera possibilidade do tribunal entrar em acção.

Recurso às forças policiais repressivas

O aparato policial, as sucessivas prisões sem motivo por várias horas, muitas vezes mesmo sem pretextos, não chegaram para sequer enfraquecer o movimento dos estudantes.

Seguindo uma lógica primária e constantemente invalidada pelo evoluir dos factos as autoridades carregaram no acelerador da repressão. Os estudantes presos passaram a suportar uma incomunicabilidade de 48 horas, prolongando-se ainda por mais três dias a prisão. As brigadas da Polícia Judiciária de Coimbra foram reforçadas por outras provenientes de Lisboa e Porto. A Penitenciária passou a ter estudantes entre os seus muros. Que crimes cometeram? Morte de homem, roubo, crime grave? Não. Um, porque foi invocado o seu testemunho, outro, porque ia num carro dum colega objecto de denúncia, outro ainda, porque andava na rua, um outro, porque criticou um traidor. Estes motivos são amostra da «gravidade» dos delitos.

Invocam as autoridades a motivação geral de ser necessário descobrir-se quem cortou os cabelos a um certo número de traidores. Estranha-se o afã posto na pesquisa de presumidos autores de vulgar crime de injúria, que outro não é configurado pelos factos em causa. De qualquer modo, a PJ não tem legitimidade para encontrar os responsáveis, incomodando e prendendo pessoas que nada têm com o assunto. Quem vai indemnizar todos os estudantes que estiveram presos e foram ilibados de culpa pelos danos morais sofridos, pelo incómodo e pelo tempo que perderam? O dever da PJ é o de descobrir, mas não cabe aos estudantes pagar o preço dela não ser capaz disso. Investigar é um tanto diferente de prender este mundo e o outro. A prisão preventiva é um instituto excepcional, nunca uma forma de sancionar, nunca um instrumento repressivo. Quando o passar a ser está destruído o estado de direito para se entrar no reinado dos polícias.

Durante esta primeira quinzena de Junho não está longe da centena o número de estudantes que por mais ou menos tempo estiveram

presos. Neste momento, pelo menos onze estudantes estão ainda entre as quatro paredes de uma cela insalubre, sujeitos a uma alimentação muito pior que a da Cantina Universitária, suportando interrogatórios que decorrem por vezes sob um clima de coacção, nomeadamente mediante o uso de holofotes, contra o rosto do interrogado.

Aqueles que algumas vezes duvidaram do carácter absurdo da repressão anti-estudantil, têm agora perante os seus olhos os seus contornos já bem demarcados. Para os estudantes a legalidade deixou em Coimbra de ser uma garantia, para apenas funcionar quando de perto ou de longe seja utilizável contra eles.

123

ANEXO 17

PLATAFORMA POLÍTICA

(Este texto serviu de base à participação do «CR» na CDE de Coimbra em 1969).

Os estudantes democráticos da Universidade de Coimbra que se inserem dentro da corrente sindical estudantil que considerou necessária uma reelaboração estratégica do movimento estudantil, no sentido de escolher como meta a conquista duma Universidade Nova, com as consequências implicadas pela introdução dum elemento dinâmico e contraditório no quadro de subdesenvolvimento do nosso país, entendem poder dar um contributo próprio à luta da oposição democrática no distrito de Coimbra.

Entendem a participação na luta para as eleições para deputados, numa base unitária que engloba como companheiros mais próximos os estudantes democráticos doutras correntes de opinião que entendam dever integrar-se na oposição democrática.

Para nós a unidade democrática constrói-se em torno das soluções concretas para os problemas básicos que afectam o povo português, fortalece-se no trabalho comum para as encontrar e constitui-se ao alcançar-se uma alternativa global a contrapor à política governamental.

As eleições não são por isso para nós nem o palco para repetição de peças já vistas e gastas, nem ponto crucial onde tudo se possa perder ou ganhar. Antes as consideramos um elemento polarizador que possibilite não faltar a um encontro marcado com o povo.

Por isso nos parece inaceitável que quemquer se satisfaça com o menor denominador comum de todas as correntes democráticas como base de unidade, por nos parecer dever de todas elas procurarem-nos interesses do povo, sendo tarefa geral encontrar no concreto os modos mais capazes de os defender.

A unidade democrática tem de ser o movimento dos quadros políticos de todas as tendências em direcção aos que, por vicissitudes que não dependeram da sua vontade, tem estado afastados de qualquer vida política.

Para o que nos parece primordial que a oposição democrática se caracterize, quer pelo facto de utilizar como ponto de partida um pormenorizado conhecimento da realidade político-económica, a nível regional e nacional, quer por preconizar modos concretos de resolver os problemas evidenciados no contacto com essa realidade.

Os problemas básicos do subdesenvolvimento, com relevo para o sector agrícola, a democratização e a reforma radical de todos os escalões do ensino, a assistência médica, a protecção à infância e à velhice, a guerra colonial, a emigração, a liberdade sindical, a liberdade de expressão e de associação são pontos decisivos na procura de uma resposta cabal e completa aos anseios de transformação do povo português.